UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PADRÕES CONTÁBEIS, INCENTIVOS ECONÔMICOS E RECONHECIMENTO
ASSIMÉTRICO DE PERDAS

Josué Pires Braga

Orientador: Prof. Dr. Bruno Meirelles Salotti

SÃO PAULO

2011

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Jr.
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Luís Eduardo Afonso
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

JOSUÉ PIRES BRAGA

**PADRÕES CONTÁBEIS, INCENTIVOS ECONÔMICOS E RECONHECIMENTO
ASSIMÉTRICO DE PERDAS**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Meirelles Salotti

Versão corrigida

SÃO PAULO

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Braga, Josué Pires

Padrões contábeis, incentivos econômicos e reconhecimento
assimétrico de perdas / Josué Pires Braga. – São Paulo, 2011.
113 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2011.
Orientador: Bruno Meirelles Salotti.

1. Contabilidade financeira 2. Contabilidade internacional 3. Padrões
e normas contábeis I. Universidade de São Paulo. Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 657.48

**Dedico esta dissertação à memória de meu pai,
Josué Costa Braga, à minha mãe, Hilda Pires,
e às minhas irmãs, “Nega”, “Dene” e “Fia”.
Amo vocês com todas as minhas forças.**

Ao término de uma jornada tão significativa como a do mestrado, obrigatoriamente tenho que expressar minha gratidão a inúmeras pessoas que sem as quais a realização desse projeto seria difícil. São muitos os personagens que merecem ser citados nesta seção, mas inevitavelmente muitos serão omitidos por questão de espaço e até mesmo por esquecimento.

Sou imensamente grato ao Prof. Bruno Salotti, que assumiu vários papéis em minha jornada acadêmica na FEA/USP: orientador, professor e supervisor no PAE. Você é um exemplo de competência e humildade para mim. Aprendi várias lições com você. Muito obrigado!

Agradeço aos professores Fábio Moraes e Gerlando Lima pelas relevantes contribuições no exame de qualificação. Obrigado por ajudarem no direcionamento do foco e no delineamento do desenho metodológico do estudo. Quero registrar também meu agradecimento ao professor Alexsandro Broedel Lopes pelas valiosas críticas ainda na fase pré-depósito.

Agradeço aos professores das disciplinas do Programa de Pós-Graduação que cursei (Ari, Nelson Carvalho, Reinaldo Guerreiro, Barbieri, Corrar, Gilberto e Eliseu Martins) por todo conhecimento compartilhado. Obrigado pelos ensinamentos e por terem me suportado.

Agradeço à Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) pelas excelentes oportunidades proporcionadas: trabalhar na elaboração do novo “Manual de Contabilidade Societária” e no projeto “Melhores & Maiores”.

Agradeço aos funcionários do Departamento de Contabilidade e Atuária por todo suporte, em especial: Belinda, Rodolfo, Janaina, Cristina e todos os “Douglas” que povoam o EAC.

Sou grato ao professor Artur Nascimento por todo apoio desde a época de graduação na Bahia até a fase inicial do mestrado aqui em São Paulo. Muito obrigado por tudo.

Agradeço aos colegas Janilson Suzart, Manoel Farias e Kelly Farias pelas contribuições que também ajudaram a dar forma ao trabalho. Sou muito grato a vocês.

Destaco minha eterna gratidão à minha família em São Paulo, especialmente Tia Helena e seu marido João, que desde 2006 até minha vinda definitiva pra Sampa gentilmente me proveram lar e possibilitaram minha participação em várias edições do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, além de terem sido essenciais na minha mudança para a “Terra da Garoa”. Agradeço também à minha Tia Reni e à prima Tábata, que será uma grande cientista. Minha sincera gratidão por tudo que fizeram por mim nunca será esquecida.

Quero fazer um agradecimento super especial aos amigos Luis Paulo e Sheizi pela amizade, companhia, conselhos, orientações e pelo exemplo de profissionais da educação que são. Uma das melhores coisas que me aconteceu em São Paulo foi a amizade de vocês. Muito obrigado.

Pela amizade sincera, convívio agradável e apoio em todas as horas, sou extremamente grato aos amigos José Renato Sena (Zé Renato), Pedro Henrique Barros (Pedrão) e Renato Azevedo (*Stuart Little*). Vocês foram imprescindíveis na realização desse sonho. Obrigado por tudo.

Agradeço aos prezados colegas de mestrado pela prazerosa amizade, em especial: Patrícia, Rodrigo, Marcelo, Vinícius e Luciano. Também aos colegas do doutorado (turma de 2009): Tatiana Albanez (mãe adotiva), César, Kelly, Josedilton, Gabriel, Suliani e Odilanei. Espero que nossa amizade continue independentemente da inevitável separação após o fim do curso.

Quero registrar um agradecimento especial à família de minha amiga e colega de mestrado Simone, que me ofereceu um lar cheio de amor e ternura, além de muita comida de altíssimo nível. Nunca me esquecerei de vocês (nem dos pratos divinos!). Contem sempre comigo.

Agradeço à minha família pelo amor incondicional, principalmente à minha mãe, Hilda Pires, e às minhas irmãs, por tanto apoio e compreensão. Vocês são e sempre serão a razão de minha vida! Destaco também minha gratidão aos meus cunhados e sobrinhos por me proporcionarem um convívio familiar tão aconchegante e divertido. Amo vocês de todo coração!

A Deus, por tudo que sou.

“A experimentação é o único ‘juiz’ da verdade científica.”

Richard Feynman

RESUMO

Este estudo coloca à prova certo dualismo documentado na literatura científica entre padrões contábeis e incentivos econômicos na determinação da qualidade da informação contábil. Para isso, avalia os efeitos dos padrões, dos incentivos e da interação entre padrões e incentivos na qualidade da informação contábil divulgada no mercado brasileiro. A variável “qualidade da informação” foi observada em função da presença (ou não) de reconhecimento assimétrico de perdas. O comportamento da variável “padrões contábeis” foi avaliado por meio da transição das normas contábeis locais (BR-GAAP) para as normas contábeis internacionais (IFRS). Os “incentivos econômicos” foram avaliados em quatro aspectos: desenvolvimento do mercado de capitais, estruturas de capital e propriedade e sistema tributário. Foi definido um grupo de controle constituído por empresas com incentivos diferenciados à divulgação de informações contábeis. As evidências analisadas sugerem que os incentivos são mais relevantes para explicar a qualidade da informação do que os padrões. Além disso, os resultados indicam que a adoção obrigatória do padrão IFRS não necessariamente aumenta a qualidade da informação contábil. Estes resultados estão em linha com estudos anteriores que analisaram os efeitos dos padrões e dos incentivos sobre a qualidade da informação contábil. A pesquisa contribui com a discussão entre pesquisadores, reguladores e profissionais de mercado acerca dos efeitos do padrão IFRS nas propriedades dos números contábeis. Ressalta-se que as evidências avaliadas são preliminares, pois se analisou apenas o primeiro ano da adoção do padrão IFRS no Brasil.

ABSTRACT

This study analyzes an existing dualism in scientific literature between accounting standards and incentives as determinants of accounting quality. To this end it evaluates the effects of standards, incentives and interaction between these two variables on accounting quality of the Brazilian firms. The accounting quality variable was measured as a function of the presence (or absence) of the timeliness of loss recognition. The accounting standards variable was acquired by observing the transition from local accounting standards (BR-GAAP) to international accounting standards (IFRS). The incentives variable was analyzed by considering four aspects: equity market development, capital structure, ownership and tax system. A control sample was constituted using companies with differentiated incentives for accounting disclosure. Evidences indicate that the incentives are more relevant than the standards as determinant of accounting quality. In addition, the results suggest that mandatory IFRS adoption does not necessarily improve accounting quality. These results are aligned with previous studies which analyzed the effects of standards and incentives on accounting quality. This research contributes to the discussion among academics, regulators and market experts about the effects of IFRS adoption on the properties of accounting numbers. It should be noted that evidences are evaluated in preliminary hearings, because it examined only the first year of mandatory IFRS adoption in Brazil.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	2
LISTA DE TABELAS	3
1. INTRODUÇÃO	5
1.1 Situação-problema.....	5
1.2 Questão de pesquisa	10
1.3 Objetivos	10
1.4 Relevância e contribuições.....	11
1.5 Estrutura do trabalho	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO E HIPÓTESES	15
2.1 Determinantes da qualidade da informação contábil	15
2.1.1 Padrões contábeis	16
2.1.2 Sistema legal e político	17
2.1.3 Incentivos econômicos	17
2.2 Padrões contábeis <i>versus</i> incentivos econômicos	23
2.3 Qualidade da informação contábil e conservadorismo	29
2.4 Ambiente institucional brasileiro	34
2.5 Adoção do padrão IFRS no Brasil.....	39
2.6 Hipóteses	43
2.7 Estudos anteriores	44
3. DADOS E METODOLOGIA	53
3.1 Amostra e período de análise	53
3.2 Grupo de controle.....	54
3.3 Variável dependente – Qualidade da informação contábil.....	57
3.4 Variáveis independentes.....	59
3.4.1 Padrões contábeis	59
3.4.2 Desenvolvimento do mercado de capitais	60
3.4.3 Estrutura de capital.....	61
3.4.4 Estrutura de propriedade	62
3.4.5 Sistema tributário	62
3.5 Fonte, coleta e natureza dos dados	63
3.6 Modelos de verificação	66
3.6.1 Modelo #1 – IFRS, desenvolvimento do mercado de capitais e qualidade.....	66
3.6.2 Modelo #2 – IFRS, estrutura de capital e qualidade	67
3.6.3 Modelo #3 – IFRS, estrutura de propriedade e qualidade.....	68
3.6.4 Modelo #4 – Sistema tributário e qualidade.....	69
3.6.5 Modelo #5 – IFRS e qualidade.....	70
3.7 Estimação dos modelos	71
4. RESULTADOS	73
4.1 Estatísticas descritivas.....	73
4.2 Padrões contábeis <i>versus</i> Incentivos econômicos	75
4.2.1 Modelo #1	75
4.2.2 Modelo #2	78
4.2.3 Modelo #3	81
4.2.4 Modelo #4	82
4.2.5 Modelo #5	84
4.3 Síntese	86
5. CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICES	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR: *American Depositary Receipts*

BACEN: Banco Central do Brasil

BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

BR-GAAP: *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*

BTM: *Book-to-market*

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

GLS: *Generalized Least Squares*

IAS: *International Accounting Standards*

IASB: *International Accounting Standards Board*

IASC: *International Accounting Standards Committee*

IFAC: *International Federation of Accountants*

IFRS: *International Financial Reporting Standards*

NASDAQ: *National Association of Securities Dealers Automated Quotations*

NYSE: *New York Stock Exchange*

OLS: *Ordinary Least Squares*

RTT: Regime Tributário de Transição

SEC: *Securities and Exchange Commission*

SOX: Lei Sarbanes-Oxley

UE: União Européia

US-GAAP: *United States Generally Accepted Accounting Principles*

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas descritivas da variável Lucro.....	73
Tabela 2 – Estatísticas descritivas da variável Estrutura de capital.	74
Tabela 3 – Estatísticas descritivas da variável Estrutura de propriedade.....	74
Tabela 4 – Estatísticas descritivas da variável Retorno.	75
Tabela 5 – IFRS, desenvolvimento do mercado de capitais e qualidade da informação contábil	76
Tabela 6 – IFRS, estrutura de capital e qualidade da informação contábil.....	79
Tabela 7 – IFRS, estrutura de propriedade e qualidade da informação contábil	81
Tabela 8 – Sistema tributário e qualidade da informação contábil	83
Tabela 9 – IFRS e qualidade da informação contábil	85

1. INTRODUÇÃO

1.1 Situação-problema

A literatura científica da área de contabilidade financeira documenta certo dualismo acerca dos fatores determinantes da qualidade da informação contábil. De um lado, os argumentos de que padrões contábeis de alta qualidade implicam demonstrações financeiras de alta qualidade (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008). De outro lado, os argumentos de que os incentivos associados aos fatores institucionais condicionam a qualidade da informação contábil (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; BALL; ROBIN; WU, 2003).

Este estudo dá continuidade à discussão “padrões contábeis *versus* incentivos econômicos” ao avaliar possíveis alterações no comportamento da variável qualidade da informação contábil a partir da decisão de órgãos reguladores adotar as *International Financial Reporting Standards* (IFRS)¹ emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) no Brasil.

A qualidade da informação contábil é avaliada a partir da perspectiva do reconhecimento assimétrico de perdas, de maneira semelhante ao trabalho de Ball, Robin e Wu (2003). Assim, segue-se neste estudo a proposta de Watts (1993 e 2003b) de analisar os efeitos de mudanças no referencial regulatório da contabilidade financeira sobre o reconhecimento assimétrico de perdas, também denominado de conservadorismo condicional.

Trata-se de uma pesquisa empírica, que investiga o fenômeno a partir do que é observado na realidade sob uma abordagem positiva, conforme explicado por Dias Filho e Machado (2004).

Há três categorias de estudos sobre adoção do padrão IFRS segundo Daske et al. (2009):

- Estudos que avaliam os efeitos econômicos da adoção das IFRS, basicamente sobre a liquidez dos papéis da empresa e o custo de capital;

¹ As expressões *International Accounting Standards* (IAS), *International Financial Reporting Standards*, normas internacionais de contabilidade, padrão IFRS, padrão internacional, padrões internacionais de contabilidade e modelo contábil internacional são tomadas como sinônimos neste estudo.

- Estudos que analisam a qualidade das demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o padrão IFRS em relação a outros padrões e o grau de *compliance* dos relatórios às normas internacionais; e
- Estudos que investigam outras questões relacionadas à adoção, como o impacto na previsão dos analistas de mercado.

Entende-se que o presente trabalho de pesquisa se enquadra na segunda categoria, pois pretende avaliar os efeitos da adoção do padrão IFRS nas propriedades dos dados contábeis.

O contexto deste estudo é construído a partir da recente mudança ocorrida no marco regulatório da contabilidade financeira no Brasil (Leis 6.404/76 – lei das sociedades por ações e 6.385/76 – lei da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)) alterado pelas Leis 11.638/07² e 11.941/09. Tem-se que o fator determinante dessa mudança é o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade.

O padrão IFRS tem sido adotado em vários países³ com o objetivo de preparar demonstrações financeiras mais adequadas e por consequência aumentar a utilidade dos números contábeis para todos os tipos de partes contratadas para facilitar decisões de investimentos e de concessão de crédito (KAYTMAZ BALSARI; OZKAN; DURAK, 2010).

A idéia desses autores está em linha com o objetivo do IASB (2009), que é desenvolver um conjunto único de padrões contábeis de alta qualidade, compreensíveis e com potencial de aderência à realidade para ajudar os participantes do mercado de capitais global e outros usuários a tomarem decisões econômicas.

² A Lei 11.638/07 começou a vigor a partir de 01/01/2008. Esta data é o marco da adoção [parcial] do padrão IFRS no Brasil.

³ Aproximadamente 100 países atualmente requerem ou permitem a utilização dos padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo IASB como base para a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, de acordo com o relatório *Perspectives on the Global Application of IFRS* da *International Federation of Accountants* (IFAC), de fevereiro de 2007. Entretanto, a matéria do Valor Econômico (13/10/2010 – página D9) “IASB escolhe holandeses para substituir David Tweedie” faz referência a mais de 110 países. E a expectativa é de que mais de 150 países estejam adotando o padrão IFRS em 2011, segundo Nandakumar et al. (2010).

A convergência ao padrão IFRS surge em um contexto internacional de utilização de práticas contábeis distintas entre países. Conforme apresenta Nobes (1998), muitos fatores têm sido sugeridos para explicar as diferenças internacionais nas práticas contábeis, como os seguintes: natureza da propriedade da empresa e sistema de financiamento, herança colonial, invasões, tributação, inflação, nível de educação, tempo e força da profissão contábil, desenvolvimento econômico, sistema legal, cultura, história, geografia, idioma, influência da teoria, sistema político e clima social, religião e acasos.

Ao considerar (i) o aumento no número de empresas multinacionais, (ii) a globalização do mercado de capitais e (iii) a abertura de mercados a investimentos externos diretos, tem-se que estes fatores podem gerar forte pressão sobre o processo de convergência (DECKER Jr.; BRUNNER, 2003). Nessa mesma linha, Ali (2005) expõe que o principal argumento para a convergência dos padrões contábeis em nível internacional é o desenvolvimento e expansão do mercado de capitais global.

Pacter (2003) lista quatro justificativas para se ter um organismo regulador internacional:

- Existe uma demanda reconhecida e crescente por padrões contábeis internacionais;
- Nenhum organismo regulador nacional tem o monopólio sobre as melhores soluções para os problemas contábeis;
- Não há organismo regulador nacional em posição para emitir padrões contábeis capazes de serem aceitos ao redor do mundo; e
- Existem várias questões relacionadas às demonstrações financeiras nas quais um organismo regulador nacional teria dificuldade para atuar de maneira isolada do resto do mundo.

Ao avaliar oportunidades de pesquisa relacionadas ao processo de convergência dos padrões contábeis em nível global, Barth (2008) sugere a verificação da qualidade dos números contábeis baseados em diferentes padrões. Este estudo vai nessa direção na medida em que avalia os possíveis efeitos da convergência ao modelo contábil internacional sobre a qualidade das demonstrações financeiras divulgadas no mercado brasileiro.

Lima et al. (2010), ao analisarem evidências empíricas acerca dos efeitos da adoção do padrão IFRS reportadas em trabalhos científicos, afirmam que há indícios de que a apresentação de

demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais promove consideráveis benefícios econômicos, tanto em termos de adoção voluntária como obrigatória. Mas devem ser consideradas as limitações nos resultados e até mesmo divergência entre as conclusões.

Santos e Calixto (2010) comentam, de forma mais contextualizada ao Brasil, que o interesse pelos efeitos da adoção do padrão IFRS reflete a expectativa das companhias acerca dos benefícios de liquidez, menor custo de capital e maior valorização e atratividade no mercado, da mesma forma que em outros países. Além disso, segundo Calixto (2010), há expectativas com relação à maior qualidade, relevância e comparabilidade dos números contábeis.

Baptista (2009) aponta para a necessidade de se discutir os efeitos de uma das principais mudanças trazidas pelo novo modelo contábil: maior discricionariedade conferida aos preparadores das demonstrações financeiras.

As empresas podem aumentar ou diminuir a qualidade das demonstrações financeiras por meio do exercício de sua discricionariedade com relação aos números contábeis, como na escolha de métodos contábeis, estimação de *accruals* e divulgação voluntária (BEAVER, 2002).

A convergência ao padrão IFRS proporcionará aos preparadores dos relatórios maior poder de julgamento com relação ao processo contábil de reconhecimento, mensuração e divulgação de eventos econômicos, conforme comentado. Nesse caso, existe a probabilidade de alterações no comportamento dos atributos da informação contábil a partir do processo de transição de modelo contábil pelo qual o Brasil passa atualmente.

O padrão IFRS foi concebido em um ambiente em que o modelo de governança corporativa é orientado aos investidores (HUNG; SUBRAMANYAM, 2007), enquanto que o Brasil é um país que possui modelo de governança orientado aos credores (LOPES; WALKER, 2008). O padrão IFRS foi criado em meio a um ambiente de tradição *common law* (BALL; ROBIN; WU, 2003). E o Brasil é classificado como de tradição *code law* (WEFFORT, 2003).

Navarro-García e Bastida (2010) comentam que, pelo fato do padrão IFRS ter surgido em um ambiente de tradição *common law*, não está claro como esse modelo contábil irá funcionar em países com diferentes origens legais, que é o caso do Brasil conforme Weffort (2003).

De acordo com Ball, Robin e Wu (2003), a qualidade das demonstrações financeiras é função do ambiente institucional onde a firma está inserida e dos incentivos econômicos à divulgação percebidos por esta.

Ao analisar as características do ambiente institucional local, Coelho, Galdi e Lopes (2010) argumentam que as companhias brasileiras não têm incentivos para divulgar informação contábil de qualidade em função dos seguintes fatores: a) sistema de proteção ao investidor e *enforcement* legal fracos; b) financiamento baseado principalmente em dívidas ao invés de capital próprio; c) estrutura acionária concentrada; e d) forte proximidade entre a contabilidade financeira e a contabilidade fiscal.

Ao considerar essas características do ambiente institucional brasileiro e a adoção do padrão IFRS, tem-se uma oportunidade de pesquisa ímpar de interagir os padrões contábeis com os incentivos econômicos proporcionados pelo ambiente institucional e avaliar os efeitos dessa interação nas propriedades da informação contábil divulgada de acordo com o novo padrão. Ball, Robin e Wu (2003) realizaram um estudo nessa direção ao analisarem as propriedades da informação contábil em quatro países do leste asiático.

Verifica-se, então, os efeitos da adoção de um padrão contábil considerado de alta qualidade, conforme Tendeloo e Vanstraelen (2005), sobre a qualidade das demonstrações financeiras em um ambiente institucional que fornece fracos incentivos à divulgação de números contábeis, conforme Coelho, Galdi e Lopes (2010).

Hung e Subramanyam (2007) argumentam que é necessário o entendimento das implicações da adoção do padrão IFRS, principalmente em países com modelo contábil mais voltado aos credores e outros usuários (*stakeholder-oriented accounting model*), que é o caso do Brasil, isso tendo em vista que o padrão internacional foi arquitetado sob forte influência do modelo contábil mais voltado aos investidores (*shareholder-oriented accounting model*).

1.2 Questão de pesquisa

Ao considerar:

- O dualismo apresentado na literatura acerca das variáveis determinantes da qualidade da informação contábil (BALL; ROBIN; WU, 2003);
- A decisão dos órgãos reguladores brasileiros em adotar o padrão IFRS, considerado um padrão contábil de alta qualidade (TENDELOO; VANSTRAELEN, 2005);
- Que o ambiente institucional brasileiro não fornece incentivos adequados à divulgação de números contábeis de alta qualidade (COELHO; GALDI; LOPES, 2010); e
- Que os efeitos dos incentivos econômicos são mais predominantes do que os efeitos dos padrões contábeis (BALL; ROBIN; WU, 2003).

... formula-se a seguinte questão de pesquisa:

Os incentivos econômicos são mais relevantes para explicar a qualidade da informação contábil do que os padrões contábeis?

1.3 Objetivos

Ao ter em vista que o problema de estudo delineado na seção anterior levanta a questão acerca da predominância dos incentivos econômicos sobre os padrões contábeis na determinação da qualidade da informação contábil, esta pesquisa apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo geral

- Avaliar os efeitos dos padrões contábeis, dos incentivos econômicos e da interação entre padrões e incentivos sobre a qualidade da informação contábil das empresas que operam no Brasil.

Objetivos específicos

- Verificar os efeitos da adoção do padrão IFRS, do desenvolvimento do mercado de capitais e da interação entre adoção do padrão IFRS e desenvolvimento do mercado de capitais no reconhecimento assimétrico de perdas;
- Verificar os efeitos da adoção do padrão IFRS, da estrutura de capital e da interação entre adoção do padrão IFRS e estrutura de capital no reconhecimento assimétrico de perdas;
- Verificar os efeitos da adoção do padrão IFRS, da estrutura de propriedade e da interação entre adoção do padrão IFRS e estrutura de propriedade no reconhecimento assimétrico de perdas;
- Verificar os efeitos do sistema tributário no reconhecimento assimétrico de perdas;
- Verificar os efeitos da adoção completa do padrão IFRS (em relação à adoção parcial) no reconhecimento assimétrico de perdas.

1.4 Relevância e contribuições

Estudos empíricos realizados no Brasil já analisaram a relação entre qualidade da informação contábil (sob a perspectiva tanto do conservadorismo como de outros atributos) e uma série de aspectos corporativos: conservadorismo em companhias abertas e fechadas; relação entre conservadorismo e qualidade dos números contábeis; conservadorismo em companhias com ADR⁴ negociados na Bolsa de Nova Iorque; conservadorismo em instituições financeiras; qualidade do lucro e monitoramento via agências reguladoras; qualidade da informação contábil e oferta de ações e debêntures; conservadorismo em companhias siderúrgicas; ressalva da auditoria externa; conflitos entre acionistas controladores e minoritários sobre políticas de dividendos; estimativas contábeis e qualidade dos lucros; impacto da SOX⁵ na qualidade da informação de companhias com ADRs; conservadorismo e custo de capital; conservadorismo e concentração de votos e acordo de acionistas; governança corporativa; qualidade das informações contábeis e competição; conservadorismo e custo do crédito bancário; conservadorismo e suavização de resultados.

⁴ *American Depositary Receipts.*

⁵ Lei Sarbanes-Oxley.

Três estudos brasileiros analisaram a relação entre a qualidade da informação contábil e a adoção do padrão IFRS: Lima (2010), Santos et al. (2010) e Vieira (2010). Destaca-se que os referidos estudos analisaram apenas os efeitos da adoção parcial⁶ na qualidade da informação contábil.

Lima (2010) investigou a relevância das informações contábeis antes e depois da adoção do padrão IFRS. Santos et al. (2010) analisaram os efeitos sobre o conservadorismo condicional. Vieira (2010) analisou os efeitos sobre as seguintes medidas de qualidade: gerenciamento de resultados, conservadorismo condicional e relevância da informação contábil.

Esta pesquisa apresenta evidências empíricas iniciais acerca dos efeitos da adoção completa do padrão IFRS sobre a qualidade da informação contábil divulgada no mercado brasileiro. Avalia-se a relevância dos padrões contábeis em relação à dos incentivos econômicos para explicar o reconhecimento assimétrico de perdas. Holthausen (2003), ao avaliar possibilidades de estudos futuros, afirma que esta linha de pesquisa é interessante, provocativa e importante.

Acredita-se ser de extrema importância para reguladores do mercado de valores mobiliários e para órgãos responsáveis pelo estudo, preparo e emissão de normas contábeis de países que adotam ou que estão cogitando adotar o modelo do IASB entenderem os efeitos da adoção do padrão IFRS nas propriedades da informação contábil (AHMED; NEEL; WANG, 2010).

Evidências acerca dos efeitos da adoção do padrão IFRS são de particular interesse do IASB, pois têm o potencial de ajudar o referido órgão emissor do padrão internacional a avaliar seu objetivo de aumentar a qualidade das demonstrações financeiras, reduzir os custos de analisar e interpretar informações contábeis e, assim, reduzir o custo de capital das empresas (AHMED; NEEL; WANG, 2010).

Este trabalho contribui com a literatura científica ao fornecer evidências acerca dos efeitos da adoção do padrão IFRS na qualidade da informação contábil em um ambiente institucional que oferece fracos incentivos à divulgação de informações contábeis de alta qualidade. Julga-se ser de relevância um entendimento mais aprofundado acerca das possíveis alterações nas

⁶ Ver maiores detalhes sobre as fases da adoção do padrão IFRS no Brasil na seção 2.5.

propriedades dos números contábeis via estudos científicos, principalmente em momentos de mudança nos padrões que orientam as práticas contábeis.

Com isso, lançam-se evidências sobre o debate da relativa superioridade das normas baseadas em princípios em relação às normas baseadas em regras e do papel dos padrões contábeis na qualidade da informação contábil, conforme destacado por Ball, Robin e Wu (2003) e Hung e Subramanyam (2007).

1.5 Estrutura do trabalho

Este relatório de pesquisa está estruturado da seguinte forma:

- Seção 1 – Introdução: apresentam-se os precedentes do problema a ser investigado, os objetivos, a relevância e possíveis contribuições do estudo.
- Seção 2 – Referencial teórico e hipóteses: apresenta-se uma configuração de fatores determinantes da qualidade da informação contábil; conceitua-se o conservadorismo e discute-se a relação entre qualidade e conservadorismo; apresentam-se determinadas características do ambiente institucional brasileiro; caracteriza-se a adoção do padrão IFRS no Brasil; formula-se a hipótese do estudo em resposta à questão de pesquisa; e por fim apresentam-se evidências empíricas documentadas em estudos anteriores.
- Seção 3 – Dados e metodologia: definem-se a amostra, o período de análise e o grupo de controle; demonstra-se a operacionalização das variáveis; explica-se a natureza dos dados, além da fonte e forma de coleta; apresentam-se os modelos de verificação e o método de estimação.
- Seção 4 – Resultados: apresentam-se as evidências obtidas por meio da aplicação dos modelos de verificação, além das estatísticas descritivas das variáveis analisadas.
- Seção 5 – Conclusão: apresentam-se as principais conclusões e limitações da pesquisa, além de oportunidades de estudos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E HIPÓTESES

2.1 Determinantes da qualidade da informação contábil⁷

Diversos fatores podem influenciar o nível de qualidade da informação contábil. Soderstrom e Sun (2007) elaboraram o seguinte modelo esquemático para mostrar o arranjo de fatores com potencial de explicar as variações na qualidade dos números contábeis, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Determinantes da qualidade da informação contábil

Fonte: Soderstrom e Sun (2007).

Associado ao emprego da argumentação em nível teórico, os autores elaboram o modelo com base em evidências empíricas encontradas na literatura especializada.

O modelo geral de fatores determinantes da qualidade da informação contábil de Soderstrom e Sun (2007) propõe que os padrões contábeis, o sistema legal e político e os incentivos à divulgação de demonstrações financeiras afetam a qualidade dos números contábeis.

O presente estudo toma como referencial o citado modelo teórico para analisar a relação entre qualidade da informação contábil, padrões contábeis e incentivos econômicos no ambiente institucional brasileiro.

⁷ As expressões qualidade da informação contábil, qualidade das demonstrações financeiras e, eventualmente, qualidade dos lucros são tomadas como sinônimos neste estudo.

O modelo de Soderstrom e Sun (2007) será denominado de “Modelo SS” daqui por diante neste trabalho. As considerações feitas a seguir acerca da relação entre a qualidade da informação, os padrões contábeis e os incentivos econômicos têm por base o referido Modelo.

2.1.1 Padrões contábeis

Segundo o Modelo SS, a qualidade da informação contábil é determinada pela qualidade dos padrões contábeis. Sendo assim, se o IASB melhorar continuamente a qualidade do padrão IFRS, espera-se que as demonstrações preparadas de acordo com o modelo internacional sejam cada vez mais relevantes e confiáveis.

Entretanto, a utilização de um conjunto único de padrões contábeis talvez não aumente a qualidade da informação contábil uniformemente para cada firma e cada país em decorrência de fatores como o sistema legal e político e os incentivos à divulgação de demonstrações financeiras.

Os sistemas legal e político exercem influência na qualidade da informação contábil de várias maneiras. Primeiramente, de acordo com o Modelo SS, influenciam indiretamente por meio dos padrões contábeis. A construção dos padrões contábeis é um processo político em que usuários da informação contábil, como autoridades tributárias, bancos, acionistas, gestores e sindicatos, por exemplo, exercem forte influência sobre órgãos responsáveis pela elaboração de padrões contábeis.

Soderstrom e Sun (2007) exemplificam que a transformação do IASC⁸ em IASB foi uma iniciativa para reduzir a influência política sobre a emissão de normas contábeis.

O sistema legal também influencia os padrões contábeis. A construção de normas contábeis em países classificados como *common law* é derivada da demanda dos investidores por informações e não da demanda dos órgãos de estado, como reflexo da tradição do desenvolvimento das leis a partir do público em geral.

⁸ *International Accounting Standards Committee.*

Os padrões contábeis em países *code law* são parte de leis comerciais instituídas pelo governo. Nesse caso, o estado controla a emissão e interpretação das leis. Nos países *code law* os padrões contábeis são influenciados pelas prioridades do estado, de forma contrária aos países de tradição *common law*.

2.1.2 Sistema legal e político

O sistema legal influencia de forma direta a qualidade da informação contábil por meio do *enforcement* das normas contábeis e dos processos litigiosos contra os gestores e auditores.

Segundo Soderstrom e Sun (2007), a literatura contábil lança evidências de que a qualidade da informação é maior em países de origem *common law* e com forte proteção dos direitos dos acionistas. Destacam que o *enforcement* do sistema legal é importante pelo fato de o IASB não ter poder de fazer implementar o padrão IFRS.

O sistema político tem influência direta sobre a qualidade dos números contábeis. Em países com sistema político corrupto, gestores e proprietários de empresas têm incentivos para subornar políticos para obter tratamento diferenciado em licitações, menor pagamento de tributos e monopólio em certos setores da economia. Dessa forma, os citados agentes têm incentivos para esconder como subornam por meio das demonstrações financeiras para evitar algum tipo de investigação.

Além disso, companhias em países com alta possibilidade de interferência do governo na economia são mais propensas a não divulgarem lucros elevados como meio de evitar expropriação por parte do estado. Em ambientes políticos dessa natureza, é provável que os resultados sejam conservadores.

2.1.3 Incentivos econômicos

Os sistemas legal e político também podem afetar indiretamente a qualidade da informação contábil por meio dos incentivos à divulgação de demonstrações financeiras.

Os incentivos à divulgação estão relacionados tanto à oferta quanto à demanda por informações contábeis, sendo um equilíbrio entre os custos de divulgação e os benefícios

decorrentes do atendimento da demanda por informações das partes contratuais envolvidas de alguma forma com a firma (SODERSTROM; SUN, 2007).

Desenvolvimento do mercado financeiro

Segundo o Modelo SS, o primeiro incentivo à divulgação de demonstrações financeiras que afeta a qualidade da informação contábil é o nível de desenvolvimento do mercado financeiro.

A demanda por informações decorre da necessidade dos agentes de mercado de reduzir o grau de assimetria de informação. Em ambientes econômicos de elevada assimetria os agentes não conseguem diferenciar os ativos de alta qualidade dos ativos de baixa qualidade, e isso pode gerar seleção adversa e elevar o custo de financiamento das companhias. Dessa forma, a demanda por informações dos participantes do mercado fornece incentivos para os preparadores das demonstrações financeiras aumentarem a qualidade da informação contábil divulgada.

Os sistema legal e político afetam de forma indireta a qualidade da informação por meio do nível de desenvolvimento do mercado financeiro. Um forte sistema de proteção ao investidor e baixo potencial de expropriação por parte do estado garantem aos investidores retorno sobre seu investimento e aumentam o número de investidores dispostos a fornecer capital para as empresas financiarem suas operações.

Países com poderes político e religioso altamente concentrados estão associados a mercados financeiros pouco desenvolvidos. Ao ter em vista que a demanda por informações contábeis está ligada ao nível de desenvolvimento do mercado financeiro e que o sistema legal e político impactam o nível de amadurecimento do mercado, então o referido sistema pode ter potencial de influenciar a qualidade das demonstrações financeiras.

Estrutura de capital

A estrutura de capital das companhias pode gerar efeitos sobre a qualidade da informação contábil porque empresas com diferentes necessidades de financiamento têm diferentes incentivos à divulgação de informações. Essa proposição decorre do fato de que acionistas e

credores, de uma forma geral, usam meios distintos para reduzir seus níveis de assimetria de informação.

Agentes econômicos que investem em empresas de maneira direta pelo mercado de ações dependem das demonstrações financeiras da firma e incorrem em custos para obter informações mais sofisticadas. Se esses agentes por outro lado decidem investir seu capital em instituições financeiras por meio da aquisição de algum produto bancário, estão dessa forma delegando aos bancos o papel de monitorar as companhias, pois estes, por serem intermediários financeiros, cuidarão de financiar as operações das empresas em determinado mercado.

Dentro da análise do Modelo SS, bancos demandam menos informações contábeis em relação aos acionistas, pois têm acesso privado aos gestores das companhias. Nesse cenário de baixo incentivo à divulgação de demonstrações financeiras, espera-se informação contábil de menor qualidade em ambientes onde o financiamento por sistema bancário seja preponderante.

O sistema legal e político também afetam a qualidade da informação por meio da estrutura de capital. Em países com alto grau de proteção aos credores as companhias têm mais possibilidade de conseguir financiamento com baixo custo. E em países com alto risco de expropriação por parte do governo e com cultura de corrupção, os contratos tendem a ser realizados de forma privada e as informações contábeis são pouco usadas para reduzir assimetria de informação. Dessa forma, a qualidade da informação contábil é menor em países com predominância do financiamento bancário em relação ao mercado acionário e com riscos políticos.

Estrutura de propriedade

A estrutura de propriedade das companhias também pode influenciar a qualidade da informação contábil. Empresas com estrutura altamente concentrada e com forte divergência entre direito ao fluxo de caixa e direito ao controle tem um baixo incentivo à divulgação de informações contábeis, pois surge a figura do acionista controlador que tem acesso privilegiado à gestão, o que reduz a demanda por demonstrações financeiras.

O acionista controlador tem incentivos para expropriar o capital dos acionistas minoritários, pois a divergência entre direito ao fluxo de caixa e direito ao controle gera problema de agência entre o acionista controlador e os minoritários e gera incentivos para o controlador ocultar o referido problema nas demonstrações financeiras.

O sistema legal e político também geram efeitos na qualidade dos números contábeis de maneira indireta por meio da estrutura de propriedade das companhias. Com base em evidências empíricas coletadas, o Modelo SS sugere que em países com forte sistema de proteção ao investidor existe menor concentração de propriedade. A concentração acionária com poder de voto é um substituto da proteção legal decorrente da necessidade dos acionistas de ter maior controle para evitar que sua riqueza seja expropriada por gestores. Além disso, pequenos investidores decidem por não investir por causa do fraco sistema de proteção.

De forma mais específica em termos políticos tem-se que, em um governo com políticos com propensão ao suborno, pode-se gerar concentração na estrutura de propriedade, isso porque companhias familiares tendem a proporcionar maior discricão com relação a possíveis negociações que envolvam suborno ou algum tipo de *lobby*. Além disso, um acionista controlador tem maior chance de negociar favores com um político do que um gestor de uma companhia com capital pulverizado.

Dessa forma, o sistema legal e político tem potencial de afetar a estrutura de propriedade das companhias, e a estrutura vez tem potencial de impactar a qualidade das demonstrações financeiras.

Sistema tributário

O sistema tributário de um país pode exercer influência na qualidade da informação contábil de várias formas. Em países onde se tem forte proximidade entre a contabilidade financeira e a contabilidade fiscal os lucros tendem a não representar a realidade econômica do negócio.

Padrões contábeis que estejam intimamente ligados com a legislação tributária tendem a ser de baixa qualidade. Nesse caso as normas contábeis estão vinculadas a propósitos políticos de arrecadação de impostos. Além disso, altas alíquotas de impostos servem de incentivo para a

redução do lucro tributável. No caso de países com forte relação entre normas contábeis e legislação tributária, o lucro societário e o fiscal têm um alto nível de correlação.

Por último o sistema legal e político afetam a qualidade dos números contábeis indiretamente através do sistema tributário. As demonstrações financeiras em países *code law* são utilizadas para fins tributários, diferentemente dos países *common law*, em que são utilizadas basicamente como mecanismo de redução dos níveis de assimetria informacional.

As alíquotas dos tributos são determinadas por meio de processos políticos. As autoridades da área de tributação são nomeadas por indicações políticas. Sendo assim, o nível de corrupção de um país influencia diretamente a efetividade do processo de arrecadação de impostos. A partir dessa análise, o Modelo SS sugere que o sistema legal e político gera efeitos sobre o sistema de tributação e este gera efeitos sobre a qualidade dos números contábeis.

Outros possíveis incentivos econômicos

Outras variáveis não analisadas nesta pesquisa também podem gerar incentivos econômicos no nível da firma e, dessa forma, influenciar a qualidade da informação contábil. A seguir são apresentadas três possíveis variáveis explicativas da qualidade das demonstrações financeiras.

a) Governança corporativa

O nível de *disclosure* (quantidade e qualidade) é uma dimensão da governança corporativa, segundo Gonçalves, Weffort e Gonçalves (2007). A partir disso, supõe-se que empresas que adotem uma conduta diferenciada de governança tenham maior propensão à divulgação de informações contábeis de maior qualidade.

Por exemplo, companhias que participam dos níveis de governança da BM&FBOVESPA⁹ já assumem certas obrigações com relação à divulgação de informações adicionais ao mercado. As companhias do Novo Mercado e do Nível 2 devem i) divulgar suas demonstrações em outro padrão contábil além do local (USGAAP ou IFRS) ou ii) conciliar o resultado do exercício e o patrimônio líquido elaborados segundo o padrão local e segundo o padrão

⁹ Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

internacional escolhido, conforme determina os regulamentos dos respectivos níveis de governança.

O fato de existir precedente para divulgação adicional pode exercer influência na qualidade da informação contábil, ao ter em vista que a adesão aos níveis de diferenciados de governança é voluntária e há evidências que sugerem que os incentivos são mais determinantes do que os padrões para explicar a heterogeneidade da qualidade dos dados contábeis entre empresas.

b) Firma de auditoria

A auditoria por uma das *Big Four* pode gerar maior *enforcement* do novo padrão contábil e, conseqüentemente, gerar maior qualidade nas demonstrações financeiras, isso baseado na idéia de que as *Big Four* atuam em nível global e já passaram pela experiência de transição para o padrão IFRS em outros países. Por trás dessa idéia está implícita a hipótese de que os padrões contábeis exercem influência sobre a qualidade da informação contábil.

Almeida e Almeida (2009) concluíram que empresas que são auditadas pelas *Big Four* têm um menor grau de *accruals* discricionários (*proxy* de gerenciamento de resultados). Martinez e Reis (2010) encontraram evidências semelhantes. Barth, Landsman e Lang (2008) defendem que a prática do gerenciamento e a qualidade da informação contábil mantêm uma relação inversa. Ao considerar o argumento de Barth, Landsman e Lang (2008) e os resultados de Almeida e Almeida (2009) e Martinez e Reis (2010), levanta-se a possibilidade da firma de auditoria influenciar a qualidade dos números contábeis.

c) Parecer da auditoria externa

Demonstrações financeiras que recebem parecer desfavorável (com ressalva, adverso ou com abstenção de opinião) acerca de sua conformidade em relação aos padrões contábeis sinalizam que podem ser de baixa qualidade, tendo por fundamento a idéia de que os padrões contábeis influenciam a qualidade da informação contábil. Nesse caso, o parecer pode ser considerado um tipo de indicador de *compliance* em relação aos padrões contábeis.

Baptista (2008) analisa que a existência de parecer com ressalva aumenta a probabilidade de a firma gerenciar seus resultados. Barth, Landsman e Lang (2008) dizem que o gerenciamento de resultados está associado a informações contábeis de baixa qualidade.

2.2 Padrões contábeis *versus* incentivos econômicos

Observa-se uma discussão na literatura científica acerca dos fatores explicativos da qualidade das demonstrações financeiras, conforme já comentado na introdução deste trabalho. Esta seção apresenta e discute evidências empíricas relacionadas à referida discussão, principalmente em torno dos resultados de pesquisas que analisaram os efeitos da adoção do padrão IFRS.

Barth, Landsman e Lang (2008) defendem que demonstrações financeiras elaboradas a partir do padrão IFRS sejam de maior qualidade do que demonstrações elaboradas a partir de padrões contábeis domésticos, isso tendo como premissa o fato do padrão internacional ser de maior qualidade do que o padrão local.

Os referidos autores defendem essas idéias com base em dois motivos:

- O padrão IFRS limita ações discricionárias oportunistas por parte dos responsáveis pela elaboração de demonstrações financeiras e, assim, evita a prática do gerenciamento de resultados;
- Mudanças contemporâneas no processo de preparação de demonstrações financeiras a partir da adoção do padrão IFRS com maior grau de *enforcement*.

Ball, Robin e Wu (2003), por sua vez, argumentam que apenas os padrões contábeis não são capazes de condicionar a qualidade da informação contábil. Além dos padrões, os incentivos dos responsáveis pela elaboração e pela auditoria das demonstrações financeiras, mecanismos de *enforcement*, estrutura de propriedade e outros fatores institucionais têm maior potencial de influenciar o processo de elaboração de informações contábeis.

Em outro estudo, Ball (2006) comenta que a literatura recente analisa até que ponto diferenças nas propriedades da informação contábil são determinadas por fatores econômicos e políticos,

que diferem entre países. Estes fatores condicionam o comportamento dos responsáveis pela elaboração de demonstrações financeiras, auditores, juízes e reguladores. Assim, segundo Ball (2006), para se ter informações de elevada qualidade, é necessário existir uma infraestrutura adequada, bem como incentivos para os preparadores implementarem os padrões contábeis com elevado grau de *compliance*.

A literatura já apresenta evidências empíricas acerca das conseqüências nas propriedades da informação contábil decorrentes da adoção do padrão internacional. A seguir são apresentados estudos que fazem apologia tanto aos padrões como aos incentivos para explicar a qualidade das demonstrações financeiras.

Barth, Landsman e Lang (2008) avaliaram se a adoção do padrão IFRS resulta em informação contábil de maior qualidade. As evidências indicam que houve um aumento na qualidade das demonstrações financeiras quando comparado o período antes e depois da adoção. Faz-se uma ressalva de que esse aumento talvez não seja totalmente atribuível à adoção do padrão IFRS, mas sim às alterações nos incentivos percebidos pelas companhias e no ambiente econômico.

Chen et al. (2010) avaliaram as implicações do padrão contábil IFRS sobre a qualidade dos números contábeis. As evidências apontam para um aumento na qualidade das demonstrações financeiras após a adoção do padrão IFRS. O estudo conclui que o aumento na qualidade dos números contábeis pode ser atribuído à adoção do novo padrão contábil ao invés de mudanças nos incentivos, nos fatores institucionais ou em outras variáveis do ambiente econômico.

Ball, Robin e Wu (2003) analisaram as propriedades da informação contábil em quatro países do leste asiático. Os autores destacam que as companhias desses países aplicam padrões contábeis considerados como de alta qualidade, mas o ambiente institucional não fornece incentivos à divulgação de informações contábeis de alta qualidade. Os resultados comprovam a hipótese de que a informação contábil divulgada é de baixa qualidade, apesar do emprego de padrões de alta qualidade.

Bradshaw e Miller (2007) constataram que a qualidade da informação contábil da amostra de empresas não norte-americanas emissoras de ADR que adotam o padrão US-GAAP¹⁰ é menor

¹⁰ *United States Generally Accepted Accounting Principles*.

do que a qualidade da informação da amostra *benchmark* de empresas norte-americanas. Os autores partiram da premissa de que o US-GAAP é um padrão contábil de alta qualidade.

Christensem, Lee e Walker (2008) realizaram uma pesquisa sobre a influência dos incentivos econômicos na qualidade da informação contábil em um cenário de adoção do padrão IFRS. As evidências indicam que o aumento na qualidade das informações contábeis está associado aos incentivos que a firma tem para adotar o padrão internacional. Os autores concluem que a adoção do padrão IFRS não aumenta a qualidade da informação das companhias que não possuem incentivos para adotar o novo padrão.

Ahmed, Neel e Wang (2010) levantaram evidências acerca dos efeitos da adoção obrigatória do padrão IFRS sobre a qualidade da informação contábil de uma amostra de companhias de países que adotaram o padrão IFRS em relação a uma amostra *benchmark* de companhias de países que não adotaram. Os resultados sugerem que houve uma redução na qualidade da informação das companhias que adotaram o padrão IFRS de forma obrigatória em relação à amostra *benchmark*.

Os resultados de Ahmed, Neel e Wang (2010), em que a adoção obrigatória do padrão IFRS não necessariamente aumenta a qualidade das demonstrações financeiras, estão em linha com os de Christensem, Lee e Walker (2008), em que os incentivos são mais determinantes do que os padrões para explicar a qualidade da informação contábil.

Por outro lado, de maneira oposta aos resultados de Ahmed, Neel e Wang (2010) e oposta aos argumentos de Christensem, Lee e Walker (2008), a pesquisa de Chen et al. (2010) indica que houve um aumento na qualidade das demonstrações financeiras após a adoção do padrão IFRS e que esse aumento pode ser associado à adoção do padrão contábil ao invés de mudanças nos incentivos, nos fatores institucionais ou em outras variáveis do ambiente econômico.

Hung e Subramanyam (2007) investigaram os efeitos da adoção do padrão IFRS em algumas propriedades da informação contábil de empresas alemãs. Segundo os resultados do estudo, a relevância do lucro e do patrimônio líquido não aumentou a partir da adoção do modelo IFRS. As evidências avaliadas são fracas com relação ao aumento do conservadorismo condicional após a adoção do padrão IFRS.

Kaytmaz Balsari, Ozkan e Durak (2010) examinaram o impacto da adoção do padrão IFRS sobre o conservadorismo condicional na Turquia. Os autores destacam o conservadorismo como uma dimensão da qualidade das demonstrações financeiras. Os resultados mostram que a adoção do padrão internacional afetou de maneira positiva tanto o conservadorismo como a oportunidade da informação contábil.

Os resultados encontrados nos estudos de Hung e Subramanyam (2007) e Kaytmaz Balsari, Ozkan e Durak (2010) põem em cheque o argumento de que padrões de alta qualidade geram informações contábeis de alta qualidade, ao considerar que as evidências têm direções opostas acerca dos efeitos da adoção do padrão IFRS. Uma explicação possível para essa divergência pode consistir no fato desses dois países (Alemanha e Turquia) terem estruturas institucionais distintas e, conseqüentemente, oferecer diferentes incentivos à divulgação de demonstrações financeiras.

As conclusões desses estudos lidas em conjunto estão em linha com a idéia de os incentivos serem mais relevantes para explicar a qualidade da informação contábil do que os padrões.

Lima et al. (2010), ao analisarem as variáveis determinantes da convergência ao padrão IFRS no Brasil, consideraram como pressuposto em seu trabalho que as empresas têm poder de escolha quanto à forma como adotam as novas práticas contábeis. Logo, as propriedades dos números contábeis podem não responder necessariamente às mudanças nos padrões.

Navarro-García e Bastida (2010), ao avaliarem a percepção dos responsáveis pela elaboração de demonstrações financeiras na Espanha, país de tradição jurídica *code law* de acordo com os autores, argumentam que o ambiente institucional pode afetar quem prepara as demonstrações quando da adoção do padrão IFRS, em consonância com os argumentos de Lima et al. (2010).

Santos e Costa (2008) investigaram o conservadorismo e a oportunidade das demonstrações financeiras de empresas brasileiras com ADR negociados na Bolsa de Nova Iorque (NYSE¹¹). As companhias brasileiras que negociam seus papéis na referida bolsa precisam apresentar

¹¹ *New York Stock Exchange.*

suas demonstrações financeiras também de acordo com as normas contábeis norte-americanas¹².

Os resultados indicam que não há diferença significativa no conservadorismo condicional das demonstrações preparadas a partir dos dois padrões contábeis. As evidências sugerem ainda que o lucro apurado segundo o modelo contábil brasileiro é mais oportuno do que o apurado conforme o modelo norte-americano.

Coelho, Cia e Lima (2010) também analisaram a diferença no atributo do conservadorismo condicional entre companhias emissoras e não emissoras de ADR. Os resultados indicam que não há diferença significativa no grau de conservadorismo desses dois grupos de companhias.

Os resultados da pesquisa de Santos e Costa (2008) propiciam uma análise interessante. Ao partir da premissa que os padrões contábeis influenciam a qualidade da informação contábil e que o padrão US-GAAP é considerado de alta qualidade, segundo Bradshaw e Miller (2007), era de se esperar que os lucros das companhias brasileiras emissoras de ADR apresentados de acordo com o padrão US-GAAP tivessem um grau de conservadorismo condicional maior que os lucros apresentados conforme o padrão BR-GAAP¹³, considerando que o padrão norte-americano seja de maior qualidade que o brasileiro. As evidências documentadas por Santos e Costa (2008) estão em linha com as encontradas no estudo de Bradshaw e Miller (2007).

Deve-se ressaltar que a divulgação no mercado brasileiro e no mercado norte-americano ocorre em momentos distintos e isso pode interferir nos resultados encontrados.

Outro trabalho que comprova a hipótese da predominância dos incentivos como principais determinantes da qualidade dos números contábeis é o de Lopes e Walker (2008). Os autores documentaram evidências de que os incentivos no nível da firma (avaliados por meio de um índice de governança corporativa aplicado ao Brasil e por meio do processo de *cross-listing*) são variáveis relevantes para explicar a qualidade das demonstrações financeiras publicadas no ambiente brasileiro.

¹² Atualmente esse requerimento foi alterado, pois a *Security Exchange Commission* (SEC) já aceita desde o final de 2007 o padrão IFRS para as empresas estrangeiras.

¹³ *Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*.

Conforme adiantado na introdução deste estudo, três pesquisas brasileiras avaliaram a relação entre qualidade da informação contábil e adoção do padrão IFRS: Lima (2010), Vieira (2010) e Santos et al. (2010). Estas pesquisas analisaram os efeitos da adoção parcial.

Lima (2010) investigou a relevância das informações contábeis antes e depois da adoção do padrão IFRS. Os resultados indicam que a relevância da informação contábil aumentou após a adoção parcial do padrão IFRS. A relevância foi mensurada por meio de modelos de preço e retorno da ação.

Vieira (2010) analisou os efeitos da adoção do padrão IFRS sobre a qualidade da informação a partir das seguintes medidas: gerenciamento de resultados, conservadorismo condicional e relevância da informação contábil. Os resultados sugerem que houve aumento da relevância após a adoção parcial do padrão IFRS. No entanto, os resultados referentes aos modelos de gerenciamento e conservadorismo são conflitantes.

Santos et al. (2010) verificaram se após a vigência da Lei 11.638/07 houve alteração no grau de conservadorismo de companhias abertas brasileiras. Os resultados indicam que não houve efeito da adoção parcial sobre o grau de conservadorismo condicional avaliado pelo modelo de Basu (1997) de reconhecimento assimétrico de perdas.

Estes resultados são de especial interesse para esta pesquisa, isso por apresentar indícios dos efeitos iniciais da adoção do padrão IFRS nas propriedades da informação contábil e subsidiar discussões acerca da relevância dos padrões contábeis na qualidade da informação contábil.

As evidências avaliadas em conjunto foram consistentes apenas com relação à relevância da informação contábil, que aumentou após a adoção do padrão IFRS. Os resultados referentes às outras medidas de qualidade não têm a mesma direção. Destaca-se que o conservadorismo foi mensurado por meio de diferentes metodologias. Vieira (2010) empregou uma medida de reconhecimento de grandes perdas. Santos et al. (2010) utilizou o modelo de Basu (1997), que é a métrica de conservadorismo mais aplicada em estudos científicos da área, segundo Wang, Hógartagh e Zijl (2009).

Nobes (2006) discute que ainda há diferenças significativas na qualidade das demonstrações financeiras entre países após a adoção do padrão IFRS. Comenta ainda que a literatura que trata do tema fornece evidências de que apenas os padrões contábeis não são capazes de assegurar que a informação contábil tenha um nível elevado de qualidade.

Os estudos analisados estão de acordo com o comentário de Nobes (2006), principalmente os realizados em outros países. As pesquisas que examinaram os primeiros efeitos da adoção de parte das normas internacionais no Brasil apresentaram resultados ainda pouco conclusivos em termos gerais, isso porque houve divergência entre os achados.

Os estudos discutidos nesta seção tomados em conjunto confirmam os argumentos em favor da predominância dos incentivos econômicos em relação aos padrões contábeis na explicação do comportamento da variável qualidade da informação contábil. Como consequência direta dessa constatação, observou-se que a adoção do padrão IFRS não necessariamente produziu efeitos positivos na qualidade, isso tanto em nível internacional como em nível local. Destaca-se que as pesquisas brasileiras analisaram apenas os efeitos da adoção parcial do padrão IFRS.

Ball, Robin e Wu (2003) analisam que estas evidências têm três importantes implicações:

- A discussão sobre a qualidade dos padrões contábeis é por si só incompleta e limitada enquanto critério de determinar a qualidade da informação contábil;
- Se um determinado país quer aumentar a qualidade das informações divulgadas em seu mercado, mudar os incentivos dos responsáveis pela elaboração e pela auditoria das demonstrações financeiras e outras características institucionais é mais importante do que adotar padrões contábeis de maior qualidade; e
- A pressão existente pela redução da divergência de padrões contábeis entre países não resolverá as diferenças na qualidade da informação contábil entre países, a menos que outros fatores determinantes da qualidade das informações contábeis sejam alterados.

2.3 Qualidade da informação contábil e conservadorismo

Esta pesquisa segue uma tendência consistente em estudos anteriores de analisar qualidade da informação contábil na perspectiva do reconhecimento assimétrico de perdas, que é também

denominado de conservadorismo condicional. De acordo com Ball e Shivakumar (2005), o conservadorismo é um atributo que confere qualidade às demonstrações financeiras.

Os seguintes estudos empíricos utilizaram medidas de reconhecimento assimétrico de perdas como forma de avaliar a qualidade da informação contábil: Ball, Robin e Wu (2000 e 2003); Ball, Kothari e Robin (2000); Ball e Shivakumar (2005); Ball, Robin e Sadka (2008); Coelho, Galdi e Lopes (2010).

Estudos que examinaram o impacto da adoção do padrão internacional sobre a qualidade dos números contábeis também utilizaram como uma das medidas de qualidade o reconhecimento assimétrico de perdas. Exemplos: Barth, Landsman e Lang (2008); Christensen, Lee e Walker (2008); Ahmed, Neel e Wang (2010) e Cheng et al. (2010).

Lopes e Martins (2007) argumentam que o conservadorismo é uma das características mais importantes do corpo de práticas e procedimentos contábeis, e que está presente em todas as orientações contábeis de que se tem conhecimento.

Watts (2003a) define conservadorismo como a diferença no grau de verificação requerida no reconhecimento de ganhos e perdas. O autor cita que a forma extrema de conservadorismo é expressa por meio da seguinte máxima: “diferir todos os ganhos, antecipar todas as perdas”, tendo por base o comentário de Bliss (1924, pág. 110) sobre a base de mensuração dos itens do balanço patrimonial.

Basu (1997) na mesma linha define da seguinte maneira: conservadorismo é a tendência dos contadores de exigir maior grau de verificação para reconhecer boas notícias como ganhos do que reconhecer más notícias como perdas.

Lopes e Martins (2007) definem assim: o conservadorismo é o reconhecimento assimétrico entre despesas e passivos e receitas e ativos.

A prática do conservadorismo resulta no fato de que o cenário mais pessimista é escolhido em detrimento do mais otimista. De acordo com Hendriksen e Breda (1999), essa prática faz com que os ativos e receitas sejam divulgados com o menor valor possível e os passivos e despesas sejam divulgados com o maior.

Hendriksen e Breda (1999) dizem que essa prática tem como idéia subjacente o fato de que o pessimismo é melhor em relação ao otimismo em termos de divulgação de informações financeiras. Lopes e Martins (2007) analisam que a idéia geral é fornecer informações mais confiáveis aos investidores por meio de demonstrações financeiras que não sejam excessivamente otimistas.

Watts (2003a) defende quatro motivos prováveis para a prática do conservadorismo contábil:

- Monitoramento de contratos;
- Litígios;
- Tributação; e
- Regulação.

O conservadorismo sob a perspectiva do monitoramento de contratos é um mecanismo que ameniza o risco moral causado pelos integrantes da firma em um ambiente onde há assimetria de informação, assimetria de pagamento, horizontes limitados e obrigações limitadas.

Watts (2003a) cita que essa abordagem é a mais explorada em estudos sobre conservadorismo e dá o exemplo de que o conservadorismo pode limitar o comportamento oportunista do gestor com relação à utilização de métodos de mensuração em contratos que possam beneficiar uma parte (agente) em detrimento de outra (principal). Contratos que utilizam métricas contábeis podem ser, por exemplo, contratos de dívida ou contratos de remuneração (WATTS, 2003a).

Os processos litigiosos podem ser uma fonte de explicação para o conservadorismo contábil, porque em nível judicial a superavaliação de lucros e ativos líquidos é mais penalizada do que a subavaliação. Watts (2003a) argumenta que demonstrações financeiras conservadoras podem reduzir a probabilidade de custos relacionados a litígios.

A relação entre conservadorismo e tributação se dá pelo fato da metodologia de apuração do lucro tributável estar ligada com a apuração do lucro societário. Tem-se dessa maneira uma influência do cálculo de tributos sobre o lucro reportado aos agentes. O incentivo nesse caso

consiste em que a antecipação de despesas e o diferimento de receitas postergam o pagamento de impostos e resultam em aumento no valor da firma (WATTS, 2003a).

Por último, acerca da relação entre conservadorismo e regulação, Watts (2003a) argumenta que órgãos reguladores estão mais sujeitos a críticas na hipótese das companhias superavaliarem seus ativos do que se as companhias subavaliarem. Assim, o conservadorismo tem o potencial de reduzir os custos políticos impostos aos reguladores.

Na mesma linha de Watts (2003a), Hendriksen e Breda (1999) apresentam alguns argumentos favoráveis ao conservadorismo na contabilidade: o conservadorismo pode amenizar o excesso de otimismo dos administradores e proprietários; a superestimação de lucros é mais perigosa para a empresa do que a subestimação, principalmente em questões judiciais. Destaca-se que estes argumentos não representam a opinião dos autores citados. Apenas foram apresentados em seu texto para incrementar o debate acerca do conservadorismo.

O conservadorismo pode ser analisado sob duas formas: incondicional e condicional. Ball e Shivakumar (2005) destacam que se trata de conceitos relacionados, mas diferentes. A partir dessa consideração definem o conservadorismo incondicional como a prática contábil viesada que tende a subavaliar o patrimônio líquido. Definem ainda o condicional como a prática que tende a subavaliar o patrimônio líquido apenas diante de sinais contemporâneos de perdas futuras.

Ball e Shivakumar (2005) argumentam que a versão condicional reforça a importância do conservadorismo nas relações contratuais. Argumentam ainda que a versão incondicional tem o potencial de reduzir a eficiência dos contratos, de maneira contrária ao condicional.

Wang, Hógartagh e Zijl (2009), ao analisarem estudos sobre conservadorismo, encontraram evidências que sugerem uma relação inversa entre a versão condicional e incondicional. Tem-se com isso que as evidências empíricas confirmam a princípio a explicação teórica de Ball e Shivakumar (2005).

Coelho (2007), a partir da revisão teórica em sua tese, define o conservadorismo nas versões incondicional e condicional da seguinte maneira:

Conservadorismo incondicional: decorrente da regra de que entre duas alternativas válidas de mensuração e reconhecimento de eventos escolhe-se aquela que resulte na menor avaliação do patrimônio dos proprietários; sua finalidade é a da prudência e está relacionado ao grau de incerteza sobre os efeitos derivados de transações iniciadas.

Conservadorismo condicional: que se refere à possibilidade de antecipar o reconhecimento de perdas econômicas à luz de estimativas realizadas pela gerência com base em eventos atuais de natureza negativa; esta forma equivale a reconhecer fatos econômicos na contabilidade com oportunidade, de maneira assimétrica, privilegiando os indícios de resultados negativos.

De acordo com Wang, Hógartagh e Zijl (2009), o conservadorismo condicional é conhecido também por conservadorismo de resultado ou conservadorismo dependente de notícias. Já o incondicional é também denominado de conservadorismo de balanço ou conservadorismo não dependente de notícias.

Coelho (2007) faz um comentário acerca da diferença entre as versões do conservadorismo, argumentando que a determinação da regra em escolher a opção que resulte no menor valor para o patrimônio líquido é bastante diferente da decisão do responsável pelas demonstrações financeiras de reconhecer de forma tempestiva as perdas econômicas esperadas com base em sinais de más notícias disponíveis de forma contemporânea.

Lara, Osma e Penalva (2009) estudaram os determinantes do conservadorismo condicional. Os autores encontram evidências de que as relações contratuais influenciam somente a versão condicional do conservadorismo. Litígios, tributação e regulação exercem influência tanto no conservadorismo condicional como no incondicional. Estes resultados são coerentes com a idéia de Ball e Shivakumar (2005) em relação à relevância do conservadorismo condicional nas relações contratuais.

Hendriksen e Breda (1999) fazem sérias críticas ao conservadorismo. Segundo estes autores, o conservadorismo é um método muito pobre para lidar com a existência de incerteza na ocasião da avaliação de ativos e passivos e na mensuração do lucro. Além disso, pode levar a uma distorção completa dos números contábeis e não permitir uma análise adequada. Os autores defendem que o conservadorismo é incoerente com o objetivo de divulgar toda

informação relevante. Por fim, afirmam que a subestimação deliberada pode conduzir a decisões incorretas tanto quanto a superavaliação.

Lopes e Martins (2007) analisam que o conservadorismo sob um ponto de vista econômico é um mero reconhecimento viesado da realidade. Para deixar essa idéia mais concreta, estes autores afirmam que o fato do valor contábil do patrimônio estar abaixo do valor de mercado é um ótimo indicador de conservadorismo na contabilidade, isso porque o mercado normalmente atribui valor à firma de maneira mais tempestiva do que o processo contábil. Nessa linha, Beaver e Ryan (2000) afirmam que o conservadorismo resulta em um índice *book-to-market* (BTM) baixo de forma persistente.

Entende-se neste estudo que estas críticas estão associadas ao conservadorismo incondicional, pois é apenas sob esta hipótese que a realidade é representada de maneira distorcida por meio da subavaliação deliberada do patrimônio líquido. Coelho e Lima (2009) argumentam que nessa situação a eficiência informacional seria a mínima possível, considerando que todas as companhias subavaliariam seu patrimônio líquido diante de qualquer circunstância econômica. Além disso, tem-se que o conservadorismo incondicional potencialmente reduz a eficiência das relações contratuais, conforme sugerido por Ball e Shivakumar (2005).

É a partir dessa argumentação que se tem uma associação teórica positiva entre qualidade da informação contábil e conservadorismo condicional (BALL; SHIVAKUMAR, 2005), tendo por fundamento a idéia de que o conservadorismo é uma propriedade essencial da informação contábil (WATTS, 2003a).

2.4 Ambiente institucional brasileiro

Ball, Kothari e Robin (2000) defendem que a configuração do ambiente institucional no qual a empresa opera é o principal fator determinante da qualidade da informação contábil. A partir desse argumento, apresentam-se brevemente algumas características do ambiente institucional brasileiro, explorando principalmente as variáveis de incentivos econômicos do Modelo SS.

Destaca-se que essa caracterização ignora a princípio as mudanças decorrentes do processo de adoção do padrão internacional, como o descolamento das contabilidades financeira e fiscal e a adoção de padrões contábeis baseados em princípios emitidos por órgão do setor privado.

Os modelos de governança podem ser classificados em dois tipos, conforme Ball, Kothari e Robin (2000):

- Modelo de governança orientado aos *shareholders*;
- Modelo de governança orientado aos *stakeholders*.

Esses modelos são utilizados para analisar a demanda por informações contábeis entre países e, assim, avaliar como o problema da assimetria informacional é mitigado, se por divulgação de informações contábeis ao mercado (*shareholder model*) ou por informações divulgadas via canais privados (*stakeholder model*) (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000).

O modelo de governança orientado aos *shareholders* é típico de países de tradição jurídica *common law*, enquanto que o modelo voltado aos *stakeholders* é comum em países *code law*, conforme explicam Ball, Kothari e Robin (2000).

Lopes e Martins (2007) esclarecem que as principais diferenças entre os regimes jurídicos estão na origem das leis. A regulamentação nos países *code law* (direito romano) emana do texto legal. E nos países *common law* (direito consuetudinário) tem como fonte os costumes e tradições.

As práticas contábeis em países de tradição *code law* sofrem forte influência política. Já nos países *common law*, as práticas contábeis são determinadas pelo setor privado. A classificação dos países em função de sua tradição jurídica é considerada uma *proxy* válida para avaliar a influência do sistema legal nas práticas contábeis, segundo Ball, Kothari e Robin (2000).

O modelo de governança brasileiro é classificado como orientado aos *stakeholders*, de acordo com Lopes e Walker (2008). Essa classificação é coerente ao regime *code law* predominante no Brasil, segundo analisa Weffort (2003).

Lopes e Martins (2007), Lopes e Walker (2008) e Coelho, Galdi e Lopes (2010) comentam sobre algumas características do ambiente brasileiro que têm relação direta com informações contábeis de baixa qualidade, destacando em alguns assuntos as diferenças com relação aos países de tradição *common law*. Os comentários são apresentados a seguir.

Fontes de financiamento

O sistema financeiro é mais voltado ao mercado de dívida do que ao mercado de capitais. Um reduzido número de instituições financeiras atende boa parte da demanda de capital das companhias e, como consequência, há baixa demanda por informações contábeis publicamente divulgadas. Em países *common law* o mercado de capitais é a principal fonte de financiamento das companhias. A informação contábil nesse cenário de financiamento tem maior relevância em relação ao de financiamento por meio de mercado de crédito, em que a assimetria de informação é mitigada via canais privados de informação.

Concentração acionária

A estrutura de propriedade no Brasil é extremamente concentrada, diferentemente dos países *common law*, onde a estrutura acionária é dispersa. E há uma relação direta entre dispersão acionária e demanda por informações contábeis.

Desenvolvimento do mercado de capitais

O mercado de capitais brasileiro é menos desenvolvido em relação ao de países *commow law*, isso por ser pouco utilizado para financiar as oportunidades de crescimento das companhias. O fato da base acionária das companhias ser concentrada também denota baixo nível de desenvolvimento. Outro fator importante relacionado ao mercado de capitais é que o Brasil dispõe de um fraco sistema de proteção ao investidor. Existem evidências de abusos dos acionistas controladores em relação aos acionistas minoritários. Conclui-se a partir dessas constatações que o mercado de capitais brasileiro não fornece incentivos à divulgação de informações contábeis.

Modelo contábil

O modelo brasileiro é classificado como Europeu Continental, isso pelo Brasil ter sido colônia de país Ibérico. A relevância da informação contábil é menor em países de modelo Europeu Continental (países classe B) em relação à dos países de modelo Britânico-Americano (países classe A). Essa classificação dos países em classes é feita a partir do modelo de Nobes (1998).

Processo de normatização contábil

Órgãos do setor privado exercem pouca ou nenhuma influência no processo de normatização contábil. As práticas contábeis no Brasil são bastante regulamentadas. O governo tem forte participação na definição de assuntos contábeis. Além do mais, autoridades governamentais definem padrões contábeis tendo em vista suas demandas regulatórias ao invés da demanda dos investidores. A participação da profissão contábil no processo de regulamentação dos padrões é pequena.

Padrões contábeis e regras fiscais

Há uma forte proximidade entre os padrões contábeis e as regras fiscais no Brasil. Os autores destacam que em alguns casos as demonstrações financeiras para divulgação ao mercado e as destinadas ao cálculo de tributos são indistinguíveis. As regras tributárias são influenciadas por demandas governamentais e não de mercado. Em países *common law* as regras fiscais têm baixo impacto sobre as práticas contábeis. Os padrões contábeis e as regras de tributação são considerados assuntos diferentes.

Ao considerar as constatações dos estudos de Lopes e Martins (2007), Lopes e Walker (2008) e Coelho, Galdi e Lopes (2010) e a revisão da literatura que discute qualidade da informação contábil realizada por Soderstrom e Sun (2007), pode-se inferir que o ambiente institucional brasileiro não fornece incentivos apropriados à divulgação de informações contábeis de alta qualidade.

Nessa direção, Lopes e Walker (2008) analisam que o Brasil é um país em desenvolvimento de tradição jurídica *code law* onde as demonstrações financeiras não são preparadas tendo em vista os investidores do mercado acionário, mas sim para atendimento de demandas tributárias e outras exigências regulatórias.

Essa avaliação do ambiente institucional brasileiro está em consonância com os estudos que argumentam que em países *code law* com modelo de governança voltado aos *stakeholders* os incentivos à divulgação de demonstrações financeiras são fracos.

Ball, Kothari e Robin (2000) analisaram o efeito de fatores institucionais nas propriedades da informação contábil. O estudo foi operacionalizado por meio da classificação dos países em função de seus modelos de governança. As evidências indicam que a qualidade da informação contábil nos países *common law* é mais elevada em relação à qualidade nos países *code law*.

A partir da decisão brasileira em adotar o padrão IFRS, pode-se considerar que três fatores institucionais passaram por uma mudança considerável¹⁴:

- Modelo contábil;
- Processo de normatização contábil; e
- Relação entre padrões contábeis e regras fiscais.

O padrão IFRS é um modelo contábil concebido em ambiente de tradição *common law*, onde o sistema de governança é orientado aos investidores (BALL; ROBIN; WU, 2003; HUNG; SUBRAMANYAM, 2007). Tem-se no Brasil, a partir da adoção do modelo do IASB, padrões contábeis baseados em princípios, diferentemente dos padrões anteriores baseados em regras, segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009).

O processo de normatização contábil no Brasil foi operacionalizado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por meio de convênio celebrado com órgãos reguladores, com o objetivo de emitir normas contábeis em linha com os padrões internacionais do IASB. Mas destaca-se que, apesar dos padrões contábeis serem emitidos por órgão de direito privado, entidades governamentais precisam aprovar os documentos, isso porque o CPC não tem *enforcement* legal forte. Nesse caso, as normas continuam passando pela esfera governamental de alguma maneira.

As regras fiscais tendem a não mais influenciar a elaboração de demonstrações financeiras para fins societários após a adoção do padrão IFRS, isso porque foi instituído no Brasil um regime de tributação que assegurasse a neutralidade fiscal das novas práticas contábeis. As

¹⁴ As mudanças no modelo contábil e no processo de normatização contábil são apresentadas com maior detalhe na seção 2.5 desta dissertação. As mudanças na relação entre padrões contábeis e regras fiscais são apresentadas de forma mais concreta na seção 3.4.5.

regras fiscais a partir da adoção do padrão internacional devem ser observadas exclusivamente em livros ou registros auxiliares.

Considera-se que o comportamento das outras características institucionais analisadas neste trabalho não passou por mudança estrutural¹⁵.

Julga-se que essa configuração do ambiente institucional brasileiro propicia uma oportunidade de pesquisa interessante, isso porque se altera características relacionadas ao modelo contábil e seu processo de normatização, mas mantêm-se fatores que estão associados a informações contábeis de baixa qualidade constantes, com exceção da relação entre padrões contábeis e regras fiscais. Com isso, pode-se avaliar quais fatores exercem maior influência na qualidade da informação contábil, se os incentivos ou os padrões.

2.5 Adoção do padrão IFRS no Brasil

Lemes e Carvalho (2004) comentam que a harmonização das normas contábeis em âmbito internacional é um movimento que nasce como forma de atender à maximização da utilidade das informações contábeis para todos os usuários, principalmente para o mercado de capitais. De forma mais concreta, segundo Decker Jr. e Brunner (2003), o objetivo da harmonização é oferecer o mesmo tratamento para as transações por empresas diferentes em países diferentes.

Pacter (2003) lista os benefícios de um conjunto único de padrões contábeis em nível global entre outros possíveis:

- Fácil acesso ao mercado de capitais de outros países;
- Credibilidade do mercado de capitais doméstico perante investidores de outros países;
- Menor custo de capital para as companhias;
- Comparabilidade das informações contábeis entre países;
- Maior transparência e compreensibilidade por se ter a mesma linguagem contábil; e
- Padrões menos sujeitos a pressões políticas internas.

¹⁵ Ver estatísticas descritivas das variáveis estrutura de capital e estrutura de propriedade na seção 4.1.

Sobre a utilização do termo “harmonização”, Ali (2005) explica que a harmonização contábil era o foco do IASC, que depois de uma reestruturação decorrente de problemas institucionais ganhou a denominação de IASB em 2001. Ainda de acordo com Ali (2005), o foco do IASB é promover a “convergência” dos padrões contábeis em nível internacional.

As normas geralmente eram modificadas pelos países que as utilizavam, quando emitidas pelo IASC. Com a reestruturação, a missão do IASB se tornou bastante diferente daquela traçada quando de sua criação em 1973 (ALI, 2005).

Atualmente, com a adoção do padrão contábil IFRS nos países-membro da União Européia (UE), o modelo contábil do IASB se tornou o mais amplamente aceito no mundo (HUNG; SUBRAMANYAM, 2007).

A adoção do padrão IFRS no Brasil começou de direito a partir de 2008 com a promulgação da Lei 11.638/07. Essa lei alterou de maneira significativa a seção contábil da Lei 6.404/76. Destaca-se que a Instrução CVM 457/07 já estipulava que a partir de 2010 as demonstrações financeiras consolidadas deveriam ser elaboradas de acordo com o padrão IFRS. Além disso, destaca-se também que a CVM já vinha emitindo deliberações de natureza contábil em linha com as normas emitidas pelo IASB.

O precedente legal necessário para a adoção do padrão IFRS no Brasil foi estabelecido na Lei 6.404/76. A nova redação da lei das sociedades por ações estipula que as normas expedidas pela CVM deverão ser elaboradas de acordo com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários (parágrafo 5º do artigo 177).

Ressalta-se que a regulamentação da CVM alcança apenas as companhias abertas, mas a Lei 6.404/76 lança a possibilidade de as companhias fechadas observarem voluntariamente as normas emitidas pela CVM para preparar e divulgar suas demonstrações financeiras.

Martins, Martins e Martins (2007) destacam que o processo de convergência ganhou maior celeridade após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter sido cobrado em Davos, na Suíça, sobre o fato de o Brasil não estar implementando de forma concreta as normas internacionais de contabilidade. Logo após, o assunto foi encaminhado ao Ministério da Fazenda. E a partir daí o Projeto de Lei 3.741/2000 voltou ao centro das discussões.

Weffort (2003) explica que as normas contábeis no Brasil encontram-se, principalmente, na legislação societária, comercial e fiscal, e isso faz com que a incorporação das tendências internacionais dependa do processo legislativo, que normalmente é demorado. É necessário ressaltar que o corpo de normas contábeis no âmbito das companhias abertas advém da CVM, mas tendo por base um precedente legal estabelecido na Lei 6.404/76.

Para centralizar o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre práticas contábeis, tendo em vista o processo de convergência ao padrão IFRS, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis¹⁶. O referido comitê é resultado de um convênio celebrado entre entidades que congregam contadores, auditores, analistas, empresas e pesquisadores, isso de acordo com o novo texto da Lei 6.385/76, em que a CVM, o Banco Central e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria.

Ao avaliarem as características do padrão IFRS, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009) afirmam que as mudanças mais relevantes decorrentes da convergência são as seguintes:

- Primazia da essência sobre a forma;
- Padrões contábeis orientados por princípios; e
- Exercício do julgamento por parte dos profissionais de contabilidade.

Esses pontos não estão explícitos nas leis que alteraram o marco regulatório da contabilidade brasileira, mas ao considerar a natureza das normas que estão sendo adotadas, conforme já destacado, tem-se que essa mudança de filosofia deve permear todo processo de convergência dos padrões contábeis.

A adoção do padrão IFRS no Brasil pode ser dividida em duas fases:

- Adoção parcial do padrão IFRS – 1ª fase; e
- Adoção completa do padrão IFRS – 2ª fase.

¹⁶ O CPC foi constituído por meio da Resolução 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A primeira fase começou em 2008 com a vigência da Lei 11.638/07, da Medida Provisória 449/08¹⁷ e do Pronunciamento Conceitual Básico e dos quatorze primeiros Pronunciamentos Técnicos do CPC. A vigência da primeira fase alcançou os exercícios 2008 e 2009.

A CVM exige que as demonstrações financeiras de um dado exercício sejam publicadas de forma comparativa com as do exercício anterior. Mas uma exceção foi criada no momento de transição entre o padrão BR-GAAP e o IFRS [adoção parcial], segundo o Pronunciamento Técnico CPC 13. Nesse caso, ao elaborar as demonstrações financeiras de 2008 de acordo com o novo padrão, as demonstrações de 2007 não necessariamente deveriam estar na mesma base comparativa.

Dessa maneira, para as empresas que decidiram reapresentar as demonstrações financeiras de forma voluntária, o exercício de 2007 foi elaborado de acordo com dois conjuntos de padrões contábeis distintos: BR-GAAP e IFRS [adoção parcial].

A segunda fase começou em 2010 com a vigência do conjunto completo de novas práticas contábeis em linha com o padrão internacional.

O Pronunciamento Técnico CPC 26 estipula que informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao exercício anterior para todos os valores apresentados nas demonstrações do exercício corrente, exceto se um pronunciamento, interpretação ou orientação permita ou exija de outra forma (CPC 26 – item 38).

Nesse caso, a entidade deve apresentar no mínimo dois balanços patrimoniais e duas de cada uma das demais demonstrações financeiras, além das respectivas notas explicativas. Quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou faz a divulgação retrospectiva de itens de suas demonstrações financeiras, deve apresentar três balanços patrimoniais no mínimo e duas de cada uma das demais demonstrações, além das respectivas notas explicativas. Os balanços patrimoniais a serem apresentados nesse caso devem ser os relativos: (a) ao término do período corrente; (b) ao término do período anterior; e (c) ao início do mais antigo período comparativo apresentado (CPC 26 – item 39).

¹⁷ Convertida na Lei 11.941/09.

Além do CPC 26, o Pronunciamento Técnico CPC 37, que trata da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, estipula que entidade precisa elaborar e divulgar um balanço de abertura levantado no início do período comparativo ao ano da adoção inicial.

Assim, o exercício de 2009 foi elaborado de acordo com dois conjuntos de padrões contábeis: IFRS [adoção parcial] e IFRS [adoção completa].

2.6 Hipóteses

Esta pesquisa testa a seguinte hipótese geral:

Os incentivos econômicos são mais relevantes para explicar a qualidade da informação contábil do que os padrões contábeis.

Holthausen (2003), ao discutir o trabalho de Ball, Robin e Wu (2003), questiona sobre o tipo de relação que as hipóteses dos padrões e incentivos assumem, se de complementaridade ou de substituição.

Defende-se que a hipótese levantada tem caráter de complementaridade e não de substituição. Conforme destacado na questão de pesquisa, este trabalho investiga se os incentivos são mais relevantes do que os padrões para explicar a qualidade das informações contábeis. Em outros termos, espera-se também que os padrões contábeis afetem a qualidade de alguma maneira, segundo consta no Modelo SS.

Dessa forma, ao ter em vista (i) o objetivo do IASB de emitir padrões de alta qualidade e (ii) a proposição do Modelo SS em que a qualidade das informações contábeis é explicada também pela qualidade dos padrões, considera-se a possibilidade do nível de qualidade da informação contábil ser afetado pela adoção do novo padrão, com os incentivos permanecendo constantes.

Há a possibilidade de o padrão IFRS alterar o comportamento do reconhecimento assimétrico de perdas em decorrência da probabilidade de mudança no comportamento do preparador das demonstrações financeiras, isso por se ter normas baseadas em princípios com o processo de convergência, diferentemente da tradição contábil brasileira anterior baseada em regras. A

literatura indica que o padrão IFRS confere maior discricionariedade aos responsáveis pela elaboração de demonstrações financeiras (AHMED; NEEL; WANG, 2010).

Entretanto, argumenta-se que, independentemente da qualidade dos padrões, a qualidade da informação contábil é determinada pelos incentivos econômicos percebidos pela empresa no processo de elaboração e apresentação de demonstrações financeiras e pelas características do ambiente institucional no qual a empresa opera e divulga seus relatórios financeiros.

Entende-se que uma determinada empresa divulgará demonstrações financeiras com maior (menor) qualidade em função dos incentivos que esta empresa tem para tal. Argumenta-se, com base em Ball, Robin e Wu (2003), que apenas a mudança de padrões contábeis não seja capaz de aumentar a qualidade da informação contábil, pois, segundo Beaver (2002), a firma exerce discricionariedade nas escolhas contábeis.

Além da hipótese geral, esta pesquisa testa a seguinte hipótese complementar:

A adoção do padrão IFRS não necessariamente aumenta a qualidade da informação contábil.

Esta hipótese complementar está fundamentada nos seguintes argumentos:

- Os efeitos dos incentivos econômicos são mais predominantes do que os efeitos dos padrões contábeis (BALL; ROBIN; WU, 2003; AHMED; NEEL; WANG, 2010);
- O ambiente institucional brasileiro não fornece incentivos apropriados à divulgação de informações contábeis de alta qualidade (COELHO; GALDI; LOPES, 2010).

Em outras palavras, defende-se que o fato do ambiente institucional brasileiro não incentivar a divulgação de informações contábeis de alta qualidade tem o potencial de anular os possíveis efeitos positivos da adoção do padrão IFRS.

2.7 Estudos anteriores

Esta seção apresenta pesquisas que analisaram o reconhecimento assimétrico de perdas sob diferentes perspectivas e sua relação com diversos aspectos corporativos, tanto em âmbito nacional como internacional.

Pesquisas desenvolvidas em nível internacional

Os estudos citados nessa seção em sua maioria analisaram amostras de empresas americanas e dos países-membros da União Européia, onde estão estabelecidos os principais mercados de capitais do mundo.

Basu (1997) avaliou o reconhecimento assimétrico entre ganhos e perdas, tendo por amostra empresas negociadas na Bolsa de Nova Iorque no período de 1963 a 1990. O autor analisa que os lucros incorporam as más notícias de forma mais tempestiva do que as boas notícias. Estas evidências indicam a presença do conservadorismo condicional nos resultados.

Pope e Walker (1999) avaliaram diferenças na oportunidade e no conservadorismo nos lucros de companhias dos Estados Unidos e do Reino Unido. Os autores examinaram o resultado antes e depois dos itens extraordinários. As evidências indicam que os lucros tanto antes como depois dos itens extraordinários com base no padrão contábil norte-americano são semelhantes em termos de oportunidade. De maneira contrária, os lucros a partir do padrão contábil do Reino Unido reconhecem as perdas de forma menos tempestiva antes dos itens extraordinários do que depois dos itens extraordinários.

Estes resultados sugerem que o lucro antes dos itens não recorrentes é mais conservador nos Estados Unidos em relação ao Reino Unido. Entretanto, quando a comparação se dá a partir dos lucros depois dos itens não recorrentes, tem-se que o conservadorismo é maior no Reino Unido em relação aos Estados Unidos. Os autores avaliam que as companhias do Reino Unido reconhecem as perdas econômicas de maneira mais oportuna do que as companhias norte-americanas, mas classificam essas perdas de maneira diferente.

Givoly e Hayn (2000) examinaram os padrões das séries temporais das seguintes variáveis de natureza contábil: resultado do exercício, fluxo de caixa operacional e *accruals* no período de 1950 a 1998 das empresas constantes na base de dados Compustat. Os autores concluem que os padrões identificados indicam aumento do conservadorismo nas demonstrações financeiras

ao longo do tempo e que os *accruals* não operacionais cumulativos tendem a ser negativos de forma persistente em decorrência do conservadorismo.

Ainda sobre esse tema específico, Ball e Shivakumar (2006) afirmam que o reconhecimento de *accruals* relativos às perdas é mais preponderante em relação aos *accruals* relativos aos ganhos. Assim, uma prática contábil conservadora faz uso dos *accruals* para diferir ganhos e antecipar perdas.

Ball e Shivakumar (2005) estudaram possíveis diferenças na qualidade dos lucros de companhias de capital aberto e capital fechado do Reino Unido. A variável qualidade dos lucros é medida por meio do modelo de Basu (1997) e de outra medida baseada em *accruals*. As evidências indicam que os lucros das companhias de capital fechado são de menor qualidade em relação aos lucros das companhias de capital aberto.

Na medida baseada em *accruals*, os fluxos de caixa operacionais são aplicados como *proxies* de boas ou más notícias. Os autores citados utilizam como variável dependente do modelo o componente de *accruals* dos lucros, isso ao considerar que o conservadorismo tem maior potencial de influenciar o componente de *accruals* do que o componente de fluxo de caixa dos lucros.

Bushman e Piotroski (2006) avaliaram os incentivos à divulgação de demonstrações financeiras fornecidos pela estrutura institucional do país. Os autores consideram que o sistema legal e judicial, legislação sobre títulos mobiliários e o perfil político do estado promovem incentivos que podem influenciar o comportamento de executivos, investidores, reguladores e outros participantes do mercado. Os autores avaliaram de maneira mais específica os efeitos desses incentivos sobre o conservadorismo condicional.

Destaca-se entre os resultados que empresas em países com sistema judicial de alta qualidade reconhecem as perdas assimetricamente. Em países onde a legislação sobre títulos mobiliários tem forte *enforcement* público, a figura do conservadorismo é mais acentuada do que em países com fraco *enforcement* público. Companhias em países onde existe alto risco de expropriação por parte do estado reconhecem os ganhos de forma assimétrica em relação às perdas. Ou seja, os lucros são de baixa qualidade.

Lobo e Zhou (2006) investigaram possíveis mudanças no comportamento discricionário do gestor em relação às demonstrações financeiras após a implementação da SOX. Os autores encontraram evidências de que os *accruals* discricionários diminuíram em relação ao período precedente à vigência da SOX. Os resultados mostram que o conservadorismo condicional aumentou no período pós-vigência.

Ferreira, Lara e Gonçalves (2007) examinaram a existência de conservadorismo nos padrões contábeis portugueses e se o conservadorismo afeta a comparabilidade das demonstrações financeiras. Os autores examinaram a existência tanto do conservadorismo incondicional como do condicional. Foram analisadas empresas alemãs e britânicas com o objetivo de estabelecer comparações. As evidências indicam para as companhias britânicas maior grau de conservadorismo condicional em relação às companhias portuguesas e alemãs. Em compensação, o conservadorismo incondicional é mais acentuado para empresas portuguesas do que para empresas britânicas.

Lima, Fonseca e Brito (2009) analisaram o conservadorismo condicional nos resultados dos bancos portugueses a partir dos modelos de reversão de componentes transitórios do lucro de Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005). Os resultados indicam que não há reconhecimento assimétrico de perdas nos resultados dos bancos portugueses analisados. Indicam ainda que não existe diferença no grau de conservadorismo entre bancos de capital aberto em relação aos de capital fechado.

O Quadro 1 a seguir apresenta o resumo das pesquisas desenvolvidas em nível internacional citadas nesta seção.

Tema relacionado	País	Autores	Principais resultados
Reconhecimento assimétrico entre ganhos e perdas	Estados Unidos	Basu (1997)	Evidências indicam a presença do conservadorismo condicional nos resultados.
Diferenças na oportunidade e no conservadorismo nos lucros	Estados Unidos e Reino Unido	Pope e Walker (1999)	Os lucros tanto antes como depois dos itens extraordinários com base no padrão US-GAAP são semelhantes em termos de oportunidade; os lucros a partir do padrão contábil do Reino Unido reconhecem as perdas de forma menos tempestiva antes dos itens extraordinários do que depois dos itens extraordinários.
Propriedade dos lucros	Estados Unidos	Givoly e Hayn (2000)	Os padrões identificados indicam aumento do conservadorismo nas demonstrações financeiras ao longo do tempo e que os <i>accruals</i> não operacionais cumulativos tendem a ser negativos de forma persistente em decorrência do conservadorismo.
Qualidade dos lucros	Reino Unido	Ball e Shivakumar (2005)	Os lucros das companhias de capital fechado são de menor qualidade em relação aos lucros das companhias de capital aberto.
Incentivos à divulgação de demonstrações financeiras	Diversos países	Bushman e Piotroski (2006)	Empresas em países com sistema judicial de alta qualidade reconhecem as perdas assimetricamente; em países onde a legislação sobre títulos mobiliários tem forte <i>enforcement</i> , a figura do conservadorismo é mais acentuada do que em países com fraco <i>enforcement</i> ; companhias em países onde existe alto risco de expropriação por parte do estado reconhecem os ganhos de forma assimétrica em relação às perdas.
Comportamento discricionário dos gestores	Estados Unidos	Lobo e Zhou (2006)	Os <i>accruals</i> discricionários diminuíram em relação ao período precedente à vigência da SOX. Os resultados mostram que o conservadorismo condicional aumentou no período pós-vigência.
Conservadorismo e comparabilidade das demonstrações financeiras	Portugal, Inglaterra e Alemanha	Ferreira, Lara e Gonçalves (2007)	Maior grau de conservadorismo condicional para as empresas britânicas em relação às companhias portuguesas e alemãs; o conservadorismo incondicional é mais acentuado para empresas portuguesas do que para empresas britânicas.
Conservadorismo em bancos	Portugal	Lima, Fonseca e Brito (2009)	Não há reconhecimento assimétrico de perdas nos resultados dos bancos portugueses analisados; não há diferença no grau de conservadorismo entre bancos de capital aberto em relação aos de capital fechado.

Pesquisas desenvolvidas em nível nacional

Costa, Costa e Lopes (2006) analisaram o grau de conservadorismo de empresas dos seguintes países latinos: Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela. O conservadorismo foi medido pela aplicação do modelo de Basu (1997). Os autores mostram que há uma baixa associação

entre lucro corrente e retorno corrente. Mostram ainda que há indícios de conservadorismo condicional nos resultados das empresas da amostra.

Coelho e Lima (2007) avaliaram a presença de conservadorismo nos resultados contábeis de empresas brasileiras no período de 1995 a 2004. Os resultados da pesquisa mostram que o atributo do conservadorismo não é encontrado nos lucros das empresas da amostra. Os autores inferem a partir dessa constatação que os agentes econômicos não demandam informações contábeis que incorporem de forma assimétrica as perdas econômicas.

Paulo, Antunes e Formigoni (2008) analisaram a existência de diferenças no conservadorismo condicional entre companhias brasileiras abertas e fechadas no período de 2000 a 2004. Foi aplicado o modelo de Ball e Shivakumar (2005) para medir o grau de conservadorismo. Os resultados evidenciam que as empresas fechadas têm menor probabilidade de reconhecer as perdas de forma assimétrica em relação às empresas abertas.

Coelho e Lima (2008) examinaram se a separação de companhias abertas em níveis diferenciados de governança corporativa influencia o grau de conservadorismo condicional. Os resultados confirmam a suposição dos autores de que não há diferença significativa no conservadorismo entre as companhias dos diferentes segmentos de governança corporativa da BM&FBovespa.

Antunes et al. (2009) verificaram a possível relação entre governança corporativa e qualidade da informação contábil. A variável qualidade da informação foi medida por meio das *proxies*: oportunidade, relevância e conservadorismo condicional. As evidências empíricas indicam que a adesão aos níveis diferenciados de governança da Bovespa não influenciou a qualidade da informação contábil. Estes resultados estão em linha com os de Coelho e Lima (2008).

Costa et al. (2009) investigaram se há relação entre regulação e conservadorismo condicional. Foram aplicados dois modelos de Basu (1997) para mensurar o conservadorismo. Foi incluída nos modelos uma variável binária interativa para verificar o possível efeito da regulação sobre o conservadorismo. Os autores concluem que não é possível inferir se a regulação impacta o conservadorismo das empresas.

Gonzaga e Costa (2009) buscaram evidências da possível relação entre o conservadorismo contábil e os conflitos sobre as políticas de dividendos existentes entre acionistas minoritários e controladores, tendo como amostra companhias brasileiras abertas no período de 1995 a 2006. Segundo os resultados encontrados pelos autores, há relação entre conservadorismo e conflitos sobre as políticas de dividendos.

Estes autores destacam no entanto que essa conclusão pode ser alterada em decorrência da *proxy* empregada para mensurar o conservadorismo. As métricas aplicadas na pesquisa destes autores mensuram o conservadorismo incondicional, de acordo com a classificação de Wang, Hógartagh e Zijl (2009).

Mendonça et al. (2010) analisaram o impacto da SOX sobre a qualidade dos lucros das companhias brasileiras que emitiram ADRs antes de 2002. Os autores mediram a variável qualidade dos lucros com base nos modelos de Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005). Os resultados do estudo sugerem que há um aumento no grau de conservadorismo das empresas examinadas. Entretanto, de acordo com os autores, esse aumento não pode ser atribuído à implementação da SOX por parte das empresas brasileiras, mas sim a outras razões de ordem econômica.

Ripamonti (2010) examinou a relação entre o custo médio ponderado de capital e o nível de conservadorismo condicional. A pesquisa avaliou essa associação para uma amostra de companhias financeiras e não financeiras negociadas na BM&FBovespa para o período de 2004 a 2009. As evidências indicam que não há relação positiva e significativa entre as variáveis estudadas, ao contrário do que era esperado.

Almeida (2010) estudou os efeitos do grau de competição sobre a qualidade da informação contábil. Foram aplicadas quatro métricas para avaliar a qualidade da informação: relevância, tempestividade, conservadorismo e gerenciamento de resultados. As evidências indicam que o grau de competição não aumenta a relevância nem reduz o gerenciamento de resultados. Em compensação, aumenta a tempestividade e o conservadorismo condicional.

Sarlo Neto, Almeida e Rodrigues (2010) investigaram a relação entre estrutura de propriedade e conservadorismo contábil no contexto brasileiro. Os autores analisaram duas características da estrutura: concentração de votos e acordo de acionistas. As evidências empíricas sugerem

que a concentração de votos tem influência negativa no grau de conservadorismo condicional, enquanto que o acordo de acionistas tem influência positiva.

Almeida et al. (2011) examinaram a relação entre conservadorismo condicional e a prática de suavização de resultados. As evidências analisadas indicam que as empresas classificadas como não suavizadoras possuem maior grau de conservadorismo. Os autores a partir desse resultado principal comentam que as escolhas contábeis podem influenciar as propriedades da informação contábil.

Brito e Martins (2011) analisaram a relação entre conservadorismo e custo do crédito bancário no Brasil. Os autores não encontraram evidências de relação significativa entre as métricas de conservadorismo e as taxas de juros das operações crédito. Os citados autores comentam que o ambiente institucional brasileiro de fraca proteção legal dos credores e de baixa demanda por informação contábil de qualidade restringe os benefícios gerados pelo conservadorismo.

As pesquisas realizadas no Brasil se preocuparam basicamente em avaliar o conservadorismo condicional. O modelo de Basu (1997) foi o mais empregado. As evidências documentadas indicam que os lucros não necessariamente apresentam o atributo do conservadorismo.

Foram realizados testes envolvendo segmentos diferenciados de governança corporativa, emissão de ADRs, regulação e implementação da SOX. Estas variáveis não exerceram influência sobre o conservadorismo de acordo com os estudos analisados.

O Quadro 2 a seguir apresenta o resumo dos estudos desenvolvidos em nível nacional citados nesta seção.

Tema relacionado	Autores	Principais resultados
Conservadorismo entre companhias da América do Sul	Costa, Costa e Lopes (2006)	Há uma baixa associação entre lucro corrente e retorno corrente.
Qualidade informacional	Coelho e Lima (2007)	O atributo do conservadorismo não é encontrado nos lucros das empresas da amostra.
Diferenças de conservadorismo entre empresas abertas e fechadas	Paulo, Antunes e Formigoni (2008)	Empresas fechadas têm menor probabilidade de reconhecer as perdas de forma assimétrica em relação às empresas abertas.
Governança corporativa	Coelho e Lima (2008)	Não há diferença significativa no conservadorismo entre as companhias dos diferentes segmentos de governança corporativa da BM&Fbovespa.
Governança corporativa	Antunes et al. (2009)	A adesão aos níveis diferenciados de governança da Bovespa não influenciou a qualidade da informação contábil.
Regulação	Costa et al. (2009)	Não é possível inferir se a regulação impacta o conservadorismo das empresas.
Conflito de interesses entre controladores e minoritários	Gonzaga e Costa (2009)	Há relação entre conservadorismo e conflitos sobre as políticas de dividendos.
Lei Sarbanes-Oxley	Mendonça et al. (2010)	Há um aumento no grau de conservadorismo das empresas examinadas, mas o aumento não é explicado pela SOX.
Custo do capital	Ripamonti (2010)	Não há relação positiva e significativa entre as variáveis estudadas, ao contrário do que era esperado.
Competição	Almeida (2010)	O grau de competição não aumenta a relevância nem reduz o gerenciamento de resultados; em compensação, aumenta a tempestividade e o conservadorismo condicional.
Estrutura de propriedade	Sarlo Neto, Almeida e Rodrigues (2010)	A concentração de votos tem influência negativa no grau de conservadorismo condicional, enquanto que o acordo de acionistas tem influência positiva.
Suavização de resultados	Almeida et al. (2011)	As empresas classificadas como não suavizadoras possuem maior grau de conservadorismo.
Custo do crédito bancário	Brito e Martins (2011)	Não há evidências de relação significativa entre as métricas de conservadorismo e as taxas de juros das operações crédito.

3. DADOS E METODOLOGIA

3.1 Amostra e período de análise

A amostra deste estudo foi composta por 121 companhias abertas com ações negociadas na BM&FBOVESPA¹⁸. As instituições financeiras foram excluídas da amostra por terem uma agenda de convergência ao padrão IFRS distinta das demais empresas que não são reguladas pelo Banco Central do Brasil (BACEN)¹⁹.

A composição da amostra do presente trabalho pode ser considerada como de natureza não probabilística, isso porque houve uma escolha deliberada dos elementos da amostra. Nesse caso não é possível generalizar os resultados da pesquisa para a população, pois a amostra não probabilística não garante a representatividade da população. O processo de amostragem foi intencional, isso por ter sido escolhido um grupo de elementos de acordo com determinados critérios. Foram aplicados os seguintes critérios na seleção das empresas da amostra:

- Listagem das companhias não financeiras negociadas na BM&FBOVESPA;
- Exclusão das unidades amostrais com valores extremos²⁰ nas variáveis lucro, retorno e estrutura de capital²¹;
- Seleção das unidades amostrais presentes em todos os anos do período da pesquisa.

O último critério de seleção foi aplicado com o objetivo de obter painéis balanceados.

O período analisado compreendeu o intervalo de tempo 2004-2010. Ao considerar que o marco temporal da adoção do padrão IFRS no Brasil é 01/01/2008, foram analisados quatro

¹⁸ A lista de empresas que compõem a amostra deste trabalho está no Apêndice 1.

¹⁹ Sterzeck (2010) estuda de forma específica os efeitos do processo de convergência ao padrão IFRS sobre o conservadorismo condicional das instituições financeiras brasileiras.

²⁰ Foram considerados como valores extremos nas séries das referidas variáveis as observações abaixo (acima) do 2º (99º) percentil.

²¹ As outras variáveis do estudo não foram consideradas na seleção da amostra porque apenas assumem valores entre 0 e 1, isso por serem binárias ou por estarem ponderadas. A definição operacional das referidas variáveis é apresentada nas seções 3.4 e 3.5.

anos antecedentes (2004-2007) e três anos subsequentes (2008-2010). O período 2004-2007 é denominado neste trabalho de período pré-adoção e 2008-2010 de período pós-adoção.

A Figura 2 a seguir mostra o horizonte temporal analisado no trabalho.

Figura 2 – Horizonte temporal da pesquisa

O período pós-adoção é dividido em duas fases: primeira fase ou adoção parcial e segunda e última fase ou adoção completa, conforme destacado na seção 2.5. A data de transição entre a adoção parcial e a adoção completa foi 01/01/2009.

A Figura 3 a seguir mostra as fases da adoção do padrão IFRS no Brasil em função do tempo.

Figura 3 – Fases da adoção do padrão IFRS no Brasil

3.2 Grupo de controle

O grupo de controle foi criado com o objetivo de segregar companhias que provavelmente tenham incentivos diferenciados à divulgação de informações contábeis de maior qualidade e, dessa forma, verificar como se dá o comportamento da variável qualidade da informação para este grupo de empresas.

A idéia da criação do grupo de controle teve por base o trabalho de Christensen, Lee e Walker (2008). O citado trabalho avaliou os efeitos dos incentivos econômicos sobre a qualidade das demonstrações financeiras de empresas alemãs em um cenário de adoção do padrão IFRS. Os autores segregaram a amostra em dois grupos: (i) empresas que adotaram o padrão IFRS antes da adoção se tornar obrigatória; (ii) empresas que adotaram o padrão IFRS apenas quando a adoção se tornou obrigatória.

As evidências indicam que: (i) a qualidade da informação contábil das empresas que adotaram de forma antecipada o padrão IFRS aumentou após a adoção; e (ii) a qualidade da informação contábil das empresas que adotaram o padrão IFRS apenas de maneira obrigatória diminuiu após a adoção. Christensen, Lee e Walker (2008) concluíram a partir desses resultados que os incentivos econômicos são mais relevantes do que os padrões contábeis na determinação da qualidade das demonstrações financeiras.

Araújo et al. (2010) documentaram que algumas companhias reapresentaram de forma voluntária as demonstrações financeiras do exercício 2007 segundo os novos padrões contábeis (que tinham vigência obrigatória apenas a partir de 2008), de maneira que as demonstrações financeiras de 2007 estivessem na mesma base comparativa das demonstrações financeiras do ano de 2008. A comparabilidade é uma das características qualitativas das demonstrações financeiras de acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações financeiras. A partir dessa constatação de reapresentação voluntária levanta-se o seguinte questionamento: quais variáveis determinaram o comportamento do grupo de companhias que reapresentaram voluntariamente suas demonstrações financeiras?

Os resultados sugerem uma relação direta entre a propensão das companhias em reapresentar de forma voluntária suas demonstrações e o peso atribuído à percepção dos *outsiders* e uma relação inversa entre a reapresentação voluntária e os custos de divulgação.

Pode-se concluir com base nas evidências que as companhias que reapresentaram voluntariamente têm algum incentivo econômico ao decidir pela adoção de uma determinada prática contábil, isso porque essas companhias não incorreriam nos custos da adoção caso os benefícios decorrentes dessa adoção não fossem superiores aos custos. Esse entendimento tem por base a tese de que os agentes econômicos tomam decisões tendo em vista a maximização de sua utilidade.

Controlaram-se as companhias que reapresentaram voluntariamente as demonstrações financeiras de 2007 de acordo com o padrão IFRS [adoção parcial], conforme discutido na seção 2.5. Com isso pretende-se avaliar se a variável qualidade da informação contábil apresenta um padrão de comportamento diferenciado para as empresas do grupo de controle

em relação às demais empresas da amostra. A idéia dessa segregação é verificar se os incentivos são mais relevantes do que os padrões na determinação da qualidade da informação contábil divulgada.

Entende-se que a decisão por parte de algumas companhias de não reapresentar as demonstrações financeiras de 2007 no mesmo padrão de 2008 é um indício de resistência à implementação do padrão IFRS. Além disso, avalia-se que essa omissão pode sugerir que o ambiente institucional brasileiro não gera incentivos à divulgação de demonstrações financeiras de maior qualidade, considerando que a reapresentação permitiria a comparabilidade entre as demonstrações de 2007 e 2008, sendo esta uma das características qualitativas da informação contábil, conforme já comentado.

Outra avaliação possível é que as empresas com baixo incentivo à divulgação exploraram o precedente estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 13 de não reapresentar de forma comparativa as demonstrações financeiras de 2007 e não reapresentaram sob o argumento de estarem exercendo uma opção permitida pela norma.

Para segregar as empresas em função da reapresentação ou não das demonstrações financeiras de 2007, foram analisadas as demonstrações de 2008, que foi o primeiro exercício da adoção parcial do padrão IFRS. Foi analisado de forma mais específica o parecer da auditoria externa. Na hipótese do parecer não fazer menção à reapresentação ou não (poucos casos observados), analisou-se a nota explicativa de práticas contábeis. Os resultados do levantamento indicaram que 43 empresas (das 121 que compõem a amostra) reapresentaram suas demonstrações de maneira voluntária.

Esse critério de segregação amostral apresenta algumas limitações. A primeira das limitações é que se avalia um evento ocorrido em 2008. Os incentivos econômicos no nível da empresa poderiam ser outros em um momento anterior ou posterior ao da decisão da reapresentação. Esse critério estático no tempo pode omitir possíveis mudanças no ambiente de incentivos no nível da firma.

Outra possível limitação é que algumas companhias alegam não ter reapresentado as demonstrações de 2007 em decorrência dos impactos da adoção parcial do padrão IFRS não ter gerado efeitos significativos sobre as referidas demonstrações. Sendo assim, existe a

possibilidade de uma determinada empresa com incentivos diferenciados à divulgação não fazer parte do grupo de controle por simplesmente não ter reapresentado suas demonstrações porque avaliou que os efeitos não seriam significativos. Levanta-se por outro lado o seguinte questionamento: caso os impactos fossem relevantes a empresa teria decidido por reapresentar as demonstrações em bases comparativas?

O grupo de controle (companhias que reapresentaram voluntariamente as demonstrações financeiras de 2007) será denominado de “empresas voluntárias”. As companhias que não reapresentaram suas demonstrações de forma voluntária serão denominadas de “empresas resistentes”.

3.3 Variável dependente – Qualidade da informação contábil

Estudos empíricos empregam diversas medidas para avaliar a qualidade da informação. As medidas mais recorrentes são as seguintes: reconhecimento assimétrico de perdas, também denominado de conservadorismo condicional, gerenciamento de resultados e relevância da informação contábil. Esta pesquisa analisa a qualidade da informação contábil na perspectiva do conservadorismo condicional, conforme destacado na seção 2.3.

A literatura apresenta diversos modelos de mensuração do conservadorismo. De acordo com o levantamento bibliográfico feito por Wang, Hógartagh e Zijl (2009), o modelo de Basu (1997) é o mais aplicado em estudos que analisam a variável ao conservadorismo. Exemplos de trabalhos aplicaram o modelo de Basu (1997) como métrica de qualidade da informação: Ball, Robin e Wu (2000 e 2003); Ball, Kothari e Robin (2000); Christensen, Lee e Walker (2008); Ball, Robin e Sadka (2008) e Ahmed, Neel e Wang (2010). Há também modelos com estrutura semelhante adaptados a partir do modelo de Basu, como o desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005 e 2006).

O modelo de Basu (1997) pode ser visualizado a seguir.

$$\text{Lucro}_{i,t} = \beta_{0i} + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 \text{Ret}_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Em que:

$\text{Lucro}_{i,t}$: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período $t-1$;
 $D_{i,t}$: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação da firma i no período t for negativo ($\text{Ret}_{i,t} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($\text{Ret}_{i,t} \geq 0$);
 $\text{Ret}_{i,t}$: retorno econômico anual da ação da firma i no período t ;
 $\varepsilon_{i,t}$: termo de erro da regressão.

Segundo explica Basu (1997), os retornos econômicos são aplicados como *proxies* de boas e más notícias, isso considerando que os preços das ações refletem toda informação relevante disponível no mercado. Nesse caso, a chamada regressão reversa lucro/retorno visa verificar se a variação do lucro é mais sensível às más notícias do que às boas notícias.

Basu (1997) utiliza retornos anuais acumulados até o final do terceiro mês após o fechamento das demonstrações financeiras e utiliza também os retornos acumulados no final do ano. Os resultados foram semelhantes. Este trabalho utiliza retornos anuais acumulados até 31/12.

De acordo com Basu (1997), a presença de conservadorismo condicional é detectada por meio do coeficiente da variável “ $D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t}$ ” (β_3). Roychowdhury e Watts (2007) argumentam que a existência de conservadorismo implica em $\beta_2 + \beta_3 > \beta_2$. Logo, $\beta_3 > 0$. Nessa linha, Dechow, Ge e Schrand (2010) interpretam que um maior β_3 implica em reconhecimento assimétrico de perdas mais tempestivo. E Ahmed, Neel e Wang (2010) analisam que um β_3 negativo indica redução ou adiamento no reconhecimento assimétrico de perdas.

A variável dependente qualidade da informação contábil foi observada apenas em função da presença (ou não) de reconhecimento assimétrico de perdas. O fato de se avaliar as evidências iniciais da adoção do padrão contábil IFRS condicionou de certa maneira a não utilização de outras métricas de qualidade, isso porque o cálculo de boa parte das medidas mais aplicadas demanda a variação de componentes do balanço patrimonial ou da demonstração de resultado. O cálculo da variação dos componentes reduziria de forma significativa o horizonte temporal do banco de dados.

Além disso, destaca-se que a decisão de focar apenas o reconhecimento assimétrico de perdas é decorrente de uma escolha teórico-metodológica, conforme argumentado na seção 2.3. Mas assume-se explicitamente que essa escolha gera uma limitação às conclusões deste trabalho.

A literatura apresenta exemplos de estudos que analisaram a qualidade da informação contábil apenas sob a perspectiva do conservadorismo condicional, tanto em nível internacional como nacional. Exemplo de estudo internacional: Ball e Shivakumar (2005). Exemplos de estudos nacionais: Silva et al. (2009) e Coelho, Galdi e Lopes (2010).

3.4 Variáveis independentes

Esta seção apresenta como foram mensuradas as variáveis explicativas: padrões contábeis e incentivos econômicos (desenvolvimento do mercado acionário, estrutura de capital, estrutura de propriedade e sistema tributário).

As variáveis foram selecionadas a partir da configuração do Modelo SS e dos comentários de Coelho, Galdi e Lopes (2010) acerca do ambiente institucional brasileiro.

Tem-se que os fatores institucionais brasileiros são constantes para toda a amostra do estudo. Ao considerar essa premissa, tentou-se operacionalizar os incentivos econômicos no nível da firma, de maneira que se observassem os efeitos da possível heterogeneidade dos incentivos entre companhias na qualidade da informação contábil.

3.4.1 Padrões contábeis

Ao considerar a idéia de que quanto maior a qualidade do padrão contábil maior a qualidade da informação contábil, a variável padrões contábeis foi mensurada de forma que refletisse de maneira direta essa assertiva.

Avalia-se nesta pesquisa os efeitos da transição do padrão BR-GAAP para o padrão IFRS. De acordo com Navarro-García e Bastida (2010), o padrão IFRS é de alta qualidade. Tendeloo e Vanstraelen (2005) analisam que o fato do modelo contábil do IASB ter obtido uma aceitação considerável em nível global pode indicar que é um padrão de alta qualidade.

Essa variável é de natureza binária, assumindo valor 1 para o período pós-adoção e 0 para o período pré-adoção. Nesse caso, assume-se implicitamente que o padrão IFRS tem um nível de qualidade maior do que o padrão BR-GAAP. Ball, Robin e Wu (2003) comentam que os

padrões contábeis derivados de ambientes com tradição jurídica *common law* são amplamente considerados como de maior qualidade em relação aos padrões derivados de ambientes com tradição *code law*.

Além disso, faz-se uma análise específica no período pós-adoção, em que a variável assume valor 1 para o período de adoção completa do padrão IFRS e 0 para o período de adoção parcial.

Ao considerar a forma como foi operacionalizado, tem-se que os padrões contábeis é um fator que está sendo avaliado no nível do ambiente institucional, pois a variabilidade ocorre em função do tempo e não em função das empresas.

3.4.2 Desenvolvimento do mercado de capitais

O nível de desenvolvimento do mercado de capitais doméstico é uma variável constante para todas as companhias da amostra, isso por se tratar de um estudo *within country*. Nesse caso, a estratégia adotada para verificar os possíveis efeitos do nível de desenvolvimento do mercado de capitais sobre a qualidade da informação contábil foi segregar as empresas que negociam ADR nas bolsas de valores norte-americanas (NYSE ou NASDAQ²²). Segundo Ahmed, Neel e Wang (2010), o mercado acionário norte-americano é altamente desenvolvido.

Os fatores institucionais do mercado norte-americano estão mais associados a informações contábeis de alta qualidade (BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000). Com isso, espera-se que empresas envolvidas com esse ambiente econômico por meio da negociação de ADRs tenham incentivos diferenciados à divulgação de demonstrações financeiras de maior qualidade.

Essa variável é de natureza binária, assumindo valor 1 para as empresas emissoras de ADR e 0 para as demais, considerando o ano de emissão dos títulos. Foram consideradas apenas as companhias emissoras de ADR nível II ou III. As companhias desses níveis podem listar suas ações nas bolsas norte-americanas e captar recursos via oferta pública de ADR, respectivamente (LIMA; OZAWA; GOULART, 2009).

²² *National Association of Securities Dealers Automated Quotations.*

O texto do referencial teórico menciona mercado financeiro, mas os argumentos têm relação principalmente com o mercado acionário. Ao considerar o contexto geral do estudo de avaliar as propriedades da informação contábil divulgada, julga-se mais relevante a análise específica do mercado acionário enquanto mecanismo de incentivo ao processo de divulgação contábil.

Há um ruído na aplicação desse critério para avaliar a variável desenvolvimento do mercado de capitais. As empresas emissoras de ADR nível II ou III têm que elaborar demonstrações financeiras de acordo com o padrão US-GAAP (ou mesmo IFRS, desde novembro de 2007). O padrão US-GAAP é considerado de alta qualidade, segundo Bradshaw e Miller (2007).

Nesse caso, os efeitos da variável em questão podem estar relacionados ao desenvolvimento do mercado de capitais (incentivos econômicos – efeito desejado) ou ao fato das empresas divulgarem demonstrações em US-GAAP (padrões contábeis – efeito não desejado). Apesar de este estudo avaliar dados contábeis divulgados no Brasil elaborados a partir do padrão BR-GAAP (até 2007) e a partir do padrão IFRS (a partir de 2008 – [adoção parcial]), acredita-se que pode haver uma influência do padrão US-GAAP nas políticas contábeis das empresas que negociam ADR.

Ao considerar a forma como foi operacionalizado, tem-se que o desenvolvimento do mercado de capitais é um fator híbrido, pois reflete o atributo que se quer avaliar o efeito tanto no nível institucional como no nível das companhias, isso porque a variabilidade é em função do tempo e das empresas.

3.4.3 Estrutura de capital

Ao considerar a hipótese de que quanto maior a participação de acionistas (ou menor a participação do sistema bancário) no financiamento das atividades da empresa maior a qualidade da informação, a variável estrutura de capital foi mensurada de forma que refletisse de maneira direta essa assertiva.

A estrutura de capital da firma i no período t foi calculada da seguinte forma.

$$\text{Estrutura_de_capital}_{i,t} = \frac{\text{Patrimônio_líquido_consolidado}_{i,t}}{\text{Ativo_total_consolidado}_{i,t}}$$

Ao considerar a forma como foi operacionalizado, tem-se que a estrutura de capital é um fator que está sendo avaliado no nível das empresas.

3.4.4 Estrutura de propriedade

Ao considerar a hipótese de que quanto maior o grau de dispersão acionária maior a qualidade da informação, a variável estrutura de propriedade foi mensurada de maneira que refletisse de forma direta essa assertiva.

A estrutura de propriedade da firma i no período t foi calculada da seguinte forma.

$$\text{Estrutura_de_propriedade}_{i,t} = \frac{\text{ações.ord.total}_{i,t} - \text{ações.ord.3.acionistas.principais}_{i,t}}{\text{ações.ord.total}_{i,t}}$$

O objetivo dessa variável é capturar o grau de pulverização na estrutura de propriedade. Foi calculado o percentual de ações ordinárias fora das mãos dos três principais acionistas, tendo por base o trabalho de Leal e Carvalhal (2005) que avaliou concentração acionária no Brasil.

Ao considerar a forma como foi operacionalizado, tem-se que a estrutura de propriedade é um fator que está sendo avaliado no nível das empresas.

3.4.5 Sistema tributário

Foi instituído no Brasil, em paralelo ao processo de convergência ao padrão IFRS, o Regime Tributário de Transição (RTT). O objetivo desse regime é assegurar a neutralidade fiscal da adoção do padrão IFRS. A adesão ao RTT nos exercícios 2008 e 2009 foi facultativa, sendo obrigatória apenas a partir de 2010.

A nova legislação societária brasileira determina que a companhia observe exclusivamente em livros ou registros auxiliares, sem modificação das demonstrações financeiras societárias, as disposições da lei tributária ou de outra legislação especial que prescrevam, conduzam ou incentivem a utilização de práticas contábeis diferentes (Art. 177 da Lei 6.404/76).

Ao considerar a hipótese de que quanto menor a proximidade entre a contabilidade financeira e a contabilidade fiscal maior a qualidade da informação contábil, a variável sistema tributário (RTT) foi mensurada de maneira que refletisse de forma direta essa assertiva.

Essa variável é de natureza binária, assumindo valor 1 para o período de vigência do RTT e valor 0 para o período anterior.

Há um ruído na aplicação desse critério para avaliar a variável sistema tributário. O período de vigência do RTT é exatamente o mesmo período de vigência da adoção do padrão IFRS, e não por coincidência. Essa variável *dummy* captura simultaneamente a transição da norma brasileira para a norma internacional e captura também o descolamento da contabilidade financeira da contabilidade fiscal.

Para tentar diluir esse ruído nos testes empíricos são utilizados dados referentes ao período de adoção parcial do padrão IFRS (2008-2009), de maneira que a interferência do padrão IFRS seja a menor possível.

Pode acontecer de algumas empresas não fazerem opção pelo RTT nos exercícios iniciais do período pós-adoção. Mas destaca-se que essa variável tem o objetivo de capturar a mudança no ambiente institucional brasileiro no que diz respeito à ligação entre contabilidade societária e contabilidade fiscal.

Ao considerar a forma como foi operacionalizado, tem-se que o sistema tributário é um fator que está sendo avaliado no nível do ambiente institucional, pois a variação ocorre em função do tempo e não em função das empresas.

3.5 Fonte, coleta e natureza dos dados

Os dados contábeis, de mercado e de composição acionária das companhias que compõem a amostra foram coletados no banco de dados Economatica[®]. O parecer da auditoria externa e as notas explicativas referentes ao ano de 2007 foram coletados por meio do Sistema DivExt da BM&FBOVESPA. As informações sobre companhias emissoras de ADR, ano de listagem

e tipo de ADR foram coletadas nos sites²³ das seguintes instituições: CVM, *Bank of New York Mellon*, NYSE e NASDAQ²⁴.

Os dados reapresentados (voluntariamente referentes ao exercício de 2007 e obrigatoriamente referentes ao exercício de 2009) não estão disponíveis no banco de dados Economatica[®]. Os dados disponíveis referentes aos exercícios 2007 e 2009 são os originalmente publicados de acordo com os padrões contábeis BR-GAAP e IFRS (parcial) respectivamente²⁵. Nesse caso, os dados contábeis referentes às demonstrações reapresentadas foram coletados diretamente nas demonstrações das empresas da amostra por meio dos Sistemas DivExt e EmpresasNet da BM&FBOVESPA para os exercícios de 2007 e 2009 respectivamente.

Os dados contábeis utilizados no estudo (lucro por ação, ativo total e patrimônio líquido) são referentes às demonstrações financeiras consolidadas sem ajustes. A forma de apresentação do lucro e patrimônio líquido consolidados passou por alterações após a adoção do padrão IFRS. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (item 54), a participação dos acionistas não controladores deve ser apresentada dentro do patrimônio líquido. A apresentação do lucro líquido também inclui a participação de não controladores, sendo segregada depois a parcela referente aos acionistas não controladores e aos controladores (item 83).

As mudanças na forma de apresentação do lucro e patrimônio líquido consolidados ocorreram apenas após a adoção completa do padrão IFRS (2009-2010). No período sob vigência do padrão BR-GAAP (2004-2007) e do padrão IFRS [adoção parcial] (2008-2009), a parcela dos não controladores não fazia parte do patrimônio líquido nem do lucro líquido consolidados.

²³ Sites: CVM (www.cvm.gov.br), *Bank of New York Mellon* (www.bnymellon.com), NYSE (www.nyse.com) e NASDAQ (www.nasdaq.com).

²⁴ A lista de empresas da amostra emissoras de ADR está no Apêndice 2.

²⁵ Os dados contábeis disponíveis no banco de dados Economatica[®] referentes aos exercícios 2007 e 2009 foram checados com as respectivas demonstrações financeiras publicadas e correspondem aos originalmente publicados. Além disso, foi feito contato no dia 09/06/11 com o Serviço de Atendimento ao Usuário do Economatica[®] e foi confirmado que de fato os dados disponíveis no banco de dados são os originalmente divulgados pelas empresas.

Sendo assim, decidiu-se coletar o patrimônio líquido e lucro líquido consolidados atribuíveis aos acionistas controladores, de maneira que os dados referentes à essas variáveis estejam consistentes ao longo do período. Julgou-se mais viável utilizar o lucro líquido e patrimônio líquido atribuíveis aos controladores no período de adoção completa do que recompor as referidas variáveis contábeis no período anterior ao da adoção completa do padrão IFRS. Acredita-se que esse critério de coleta não compromete a validade dos indicadores calculados.

O lucro por ação empregado como numerador da variável dependente do modelo de Basu (1997) foi coletado no banco de dados Economatica[®]. O cálculo do lucro por ação é realizado pelo próprio banco de dados com a seguinte fórmula: $[(\text{lucro líquido em } t) / \text{quantidade média ponderada de ações em } t]$ ²⁶.

O estudo sobre as diferenças e similaridades entre as Normas Internacionais de Contabilidade e as Normas e Práticas Contábeis Brasileiras (2008) destaca que a prática contábil local tem aplicado um cálculo aritmético simples que consiste em apenas dividir o lucro ou prejuízo do período pelo número de ações em circulação na data de encerramento do exercício, enquanto que o padrão IFRS faz menção à quantidade média ponderada de ações ordinárias.

A partir dessa constatação, tem-se que o lucro por ação do Economatica[®] está mais próximo do lucro por ação estipulado pelo padrão IFRS do que o calculado de acordo com a prática contábil brasileira anteriormente vigente. Utilizou-se o lucro por ação do Economatica[®] por uma questão de consistência, porque esse indicador publicado nas demonstrações financeiras era calculado de uma forma antes da adoção completa do padrão contábil IFRS e passou a ser calculado de outra após a adoção.

O lucro por ação das demonstrações reapresentadas foi calculado de acordo com a seguinte fórmula: $[(\text{lucro em } t \text{ reapresentado} * \text{lucro por ação em } t \text{ original}) / \text{lucro em } t \text{ original}]$. A idéia dessa fórmula é encontrar o denominador do cálculo do lucro por ação em t (quantidade média ponderada de ações em t) a partir dos dados originais e utilizá-lo para calcular o novo lucro por ação.

²⁶ A metodologia de cálculo do lucro por ação do Economatica[®] não está disponível no banco de dados. A forma de cálculo foi obtida com o Serviço de Atendimento ao Usuário no dia 09/06/11. O atendente confirmou que de fato a metodologia de cálculo do lucro por ação não está disponível no banco de dados para consulta.

No caso das empresas que decidiram antecipar a adoção completa do padrão IFRS foram utilizados os dados contábeis de acordo com o padrão BR-GAAP para o período 2004-2007, padrão IFRS [adoção parcial] para o período 2008-2009 e padrão IFRS [adoção completa] para o período 2009-2010, de forma que os dados de toda a amostra estivessem conforme a mesma base contábil. Apesar da possibilidade de antecipação do padrão IFRS, as empresas tinham que cumprir a legislação societária brasileira. Por esse motivo, foi possível coletar os dados de demonstrações financeiras elaboradas de acordo os padrões contábeis locais.

3.6 Modelos de verificação

Os modelos de verificação foram criados para operacionalizar o teste da hipótese do estudo. O modelo de Basu (1997) foi adaptado para capturar as implicações dos padrões contábeis, dos incentivos econômicos e da interação entre padrões e incentivos na qualidade da informação. A estrutura das interações segue o formato do trabalho de Ahmed, Neel e Wang (2010).

3.6.1 Modelo #1 – IFRS, desenvolvimento do mercado de capitais e qualidade

O Modelo #1 avalia a interação entre as variáveis: qualidade da informação contábil, adoção do padrão IFRS e desenvolvimento do mercado de capitais.

$$\begin{aligned} \text{Lucro}_{i,t} = & \beta_{0i} + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 \text{Ret}_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_4 \text{IFRS}_{i,t} + \beta_5 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} \\ & + \beta_6 \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_7 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_8 \text{Merc}_{i,t} + \beta_9 \text{Merc}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_{10} \text{Merc}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} \\ & + \beta_{11} \text{Merc}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{12} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Merc}_{i,t} + \beta_{13} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Merc}_{i,t} \cdot D_{i,t} \\ & + \beta_{14} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Merc}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{15} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Merc}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \end{aligned}$$

Em que:

$\text{Lucro}_{i,t}$: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período $t-1$;

$D_{i,t}$: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação em 31/12 da firma i no período t for negativo ($R_{i,t} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($R_{i,t} \geq 0$);

$\text{Ret}_{i,t}$: retorno econômico anual da ação em 31/12 da firma i no período t calculado de acordo com a seguinte fórmula: $[(\text{preço em } t - \text{preço em } t-1) / \text{preço em } t-1]$;

IFRS_{i,t}: variável binária que assume valor 1 para o período pós-adoção (2009-2010) [adoção completa] e valor 0 para o período pré-adoção (2004-2007) conforme citado na seção 3.4.1;

Merc_{i,t}: variável binária que assume valor 1 se a firma for emissora de ADR e valor 0 se não for emissora conforme explicado na seção 3.4.2;

$\epsilon_{i,t}$: termo de erro da regressão.

Os coeficientes β_0 , β_1 , β_2 e β_3 e as respectivas variáveis se referem ao modelo original de Basu (1997). Os coeficientes β_4 , β_5 , β_6 e β_7 e as respectivas variáveis se referem à interação entre o modelo original e a variável explicativa padrões contábeis. Os coeficientes β_8 , β_9 , β_{10} e β_{11} e as respectivas variáveis se referem à interação entre o modelo original e a variável explicativa incentivos econômicos (desenvolvimento do mercado de capitais). Os coeficientes β_{12} , β_{13} , β_{14} e β_{15} e as respectivas variáveis se referem à interação entre o modelo original e a combinação das variáveis explicativas padrões contábeis e incentivos econômicos (desenvolvimento do mercado de capitais).

A variável binária Merc exerce um tipo de efeito combinado sobre a qualidade da informação, pois ao mesmo tempo em que captura temporalmente a emissão de ADR no mercado norte-americano (variável incentivos econômicos) captura também a adoção do padrão US-GAAP (variável padrões contábeis), conforme mencionado na seção 3.4.2. A análise dos resultados desse modelo está condicionada a essa questão levantada.

Os coeficientes de interesse deste estudo de acordo com a forma de verificação da presença de conservadorismo condicional apresentada na seção 3.3 são os seguintes: β_3 , β_7 , β_{11} e β_{15} .

3.6.2 Modelo #2 – IFRS, estrutura de capital e qualidade

O Modelo #2 avalia a interação entre as variáveis: qualidade da informação contábil, adoção do padrão IFRS e estrutura de capital.

$$\begin{aligned} \text{Lucro}_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 \text{Ret}_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_4 \text{IFRS}_{i,t} + \beta_5 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} \\ & + \beta_6 \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_7 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_8 \text{Cap}_{i,t} + \beta_9 \text{Cap}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_{10} \text{Cap}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} \\ & + \beta_{11} \text{Cap}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{12} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Cap}_{i,t} + \beta_{13} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Cap}_{i,t} \cdot D_{i,t} \\ & + \beta_{14} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Cap}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{15} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Cap}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \epsilon_{i,t} \end{aligned}$$

Em que:

Lucro_{i,t}: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período t-1;

D_{i,t}: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação em 31/12 da firma i no período t for negativo ($R_{i,t} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($R_{i,t} \geq 0$);

Ret_{i,t}: retorno econômico anual da ação em 31/12 da firma i no período t calculado de acordo com a seguinte fórmula: $[(\text{preço em } t - \text{preço em } t-1) / \text{preço em } t-1]$;

IFRS_{i,t}: variável binária que assume valor 1 para o período pós-adoção (2009-2010) [adoção completa] e valor 0 para o período pré-adoção (2004-2007) conforme citado na seção 3.4.1;

Cap_{i,t}: estrutura de capital da firma i no período t conforme explicado na seção 3.4.3;

$\epsilon_{i,t}$: termo de erro da regressão.

Os coeficientes β_0 , β_1 , β_2 e β_3 e as respectivas variáveis se referem ao modelo original de Basu (1997). Os coeficientes β_4 , β_5 , β_6 e β_7 e as respectivas variáveis se referem à interação entre o modelo original e a variável explicativa padrões contábeis. Os coeficientes β_8 , β_9 , β_{10} e β_{11} e as respectivas variáveis se referem à interação entre o modelo original e a variável explicativa incentivos econômicos (estrutura de capital). Os coeficientes β_{12} , β_{13} , β_{14} e β_{15} e as respectivas variáveis se referem à interação entre o modelo original e a combinação das variáveis padrões contábeis e incentivos econômicos (estrutura de capital).

Os coeficientes de interesse deste estudo de acordo com a forma de verificação da presença de conservadorismo condicional apresentada na seção 3.3 são os seguintes: β_3 , β_7 , β_{11} e β_{15} .

3.6.3 Modelo #3 – IFRS, estrutura de propriedade e qualidade

O Modelo #3 avalia a interação entre as variáveis: qualidade da informação contábil, adoção do padrão IFRS e estrutura de propriedade.

$$\begin{aligned} \text{Lucro}_{i,t} = & \beta_{0i} + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 \text{Ret}_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_4 \text{IFRS}_{i,t} + \beta_5 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} \\ & + \beta_6 \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_7 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_8 \text{Prop}_{i,t} + \beta_9 \text{Prop}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_{10} \text{Prop}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} \\ & + \beta_{11} \text{Prop}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{12} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Prop}_{i,t} + \beta_{13} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Prop}_{i,t} \cdot D_{i,t} \\ & + \beta_{14} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Prop}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{15} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Prop}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \epsilon_{i,t} \end{aligned}$$

Em que:

$\text{Lucro}_{i,t}$: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período $t-1$;

$D_{i,t}$: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação em 31/12 da firma i no período t for negativo ($R_{i,t} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($R_{i,t} \geq 0$);

$\text{Ret}_{i,t}$: retorno econômico anual da ação em 31/12 da firma i no período t calculado de acordo com a seguinte fórmula: $[(\text{preço em } t - \text{preço em } t-1) / \text{preço em } t-1]$;

$\text{IFRS}_{i,t}$: variável binária que assume valor 1 para o período pós-adoção (2009-2010) [adoção completa] e valor 0 para o período pré-adoção (2004-2007) conforme citado na seção 3.4.1;

$\text{Prop}_{i,t}$: estrutura de propriedade da firma i no período t conforme explicado na seção 3.4.4;

$\epsilon_{i,t}$: termo de erro da regressão.

Os coeficientes β_0 , β_1 , β_2 e β_3 e as respectivas variáveis se referem ao modelo original de Basu (1997). Os coeficientes β_4 , β_5 , β_6 e β_7 e as respectivas variáveis se referem à interação entre o modelo original e a variável explicativa padrões contábeis. Os coeficientes β_8 , β_9 , β_{10} e β_{11} e as respectivas variáveis se referem à interação entre o modelo original e a variável explicativa incentivos econômicos (estrutura de propriedade). Os coeficientes β_{12} , β_{13} , β_{14} e β_{15} se referem à interação entre o modelo de Basu (1997) e a combinação das variáveis padrões contábeis e incentivos econômicos (estrutura de propriedade).

Os coeficientes de interesse deste estudo de acordo com a forma de verificação da presença de conservadorismo condicional apresentada na seção 3.3 são os seguintes: β_3 , β_7 , β_{11} e β_{15} .

3.6.4 Modelo #4 – Sistema tributário e qualidade

O Modelo #4 avalia a interação entre as variáveis: qualidade da informação contábil e sistema tributário.

$$\begin{aligned} \text{Lucro}_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 \text{Ret}_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} \\ & + \beta_4 \text{RTT}_{i,t} + \beta_5 \text{RTT}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_6 \text{RTT}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_7 \text{RTT}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \epsilon_{i,t} \end{aligned}$$

Em que:

$\text{Lucro}_{i,t}$: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período $t-1$;

$D_{i,t}$: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação em 31/12 da firma i no período t for negativo ($R_{i,t} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($R_{i,t} \geq 0$);

$Ret_{i,t}$: retorno econômico anual da ação em 31/12 da firma i no período t calculado de acordo com a seguinte fórmula: $[(\text{preço em } t - \text{preço em } t-1) / \text{preço em } t-1]$;

$RTT_{i,t}$: variável binária que assume valor 1 para o período de vigência do RTT (2008-2009) e valor 0 para o período anterior conforme explicado na seção 3.4.5;

$\varepsilon_{i,t}$: termo de erro da regressão.

Os coeficientes β_0 , β_1 , β_2 e β_3 e as respectivas variáveis se referem ao modelo original de Basu (1997). Os coeficientes β_4 , β_5 , β_6 e β_7 e as respectivas variáveis se referem à interação entre o modelo original e a variável explicativa incentivos econômicos (sistema tributário).

A variável binária RTT exerce um tipo de efeito combinado sobre a qualidade da informação, pois ao mesmo tempo em que captura o descolamento das contabilidades financeira e fiscal captura também a transição do padrão contábil local para o padrão contábil internacional.

A operacionalização desse modelo utiliza o período de adoção parcial do padrão IFRS com o objetivo de isolar os possíveis efeitos dos padrões contábeis, de forma que se possa avaliar de maneira mais pura os efeitos dos incentivos econômicos. Apesar de utilizar apenas dados de adoção parcial, tem-se que os possíveis efeitos podem ser tanto dos padrões contábeis como dos incentivos econômicos. A interpretação dos resultados desse modelo está condicionada a essa questão levantada.

Os coeficientes de interesse deste estudo de acordo com a forma de verificação da presença de conservadorismo condicional apresentada na seção 3.3 são os seguintes: β_3 e β_7 .

3.6.5 Modelo #5 – IFRS e qualidade

O Modelo #5 avalia a interação entre as variáveis: qualidade da informação contábil e adoção completa/parcial do padrão IFRS.

$$\begin{aligned} \text{Lucro}_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 Ret_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} \cdot Ret_{i,t} \\ & + \beta_4 IFRS_{i,t} + \beta_5 IFRS_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_6 IFRS_{i,t} \cdot Ret_{i,t} + \beta_7 IFRS_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot Ret_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \end{aligned}$$

Em que:

$\text{Lucro}_{i,t}$: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período $t-1$;

$D_{i,t}$: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação em 31/12 da firma i no período t for negativo ($R_{i,t} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($R_{i,t} \geq 0$);

$\text{Ret}_{i,t}$: retorno econômico anual da ação em 31/12 da firma i no período t calculado de acordo com a seguinte fórmula: $[(\text{preço em } t - \text{preço em } t-1) / \text{preço em } t-1]$;

$\text{IFRS}_{i,t}$: variável binária que assume valor 1 para o período de adoção completa (2009-2010) e valor 0 para o período de adoção parcial (2008-2009) conforme explicado na seção 3.4.1;

$\varepsilon_{i,t}$: termo de erro da regressão.

Os coeficientes β_0 , β_1 , β_2 e β_3 e as respectivas variáveis se referem ao modelo original de Basu (1997). Os coeficientes β_4 , β_5 , β_6 e β_7 e as respectivas variáveis se referem à interação entre o modelo original e a variável explicativa padrões contábeis.

Os coeficientes de interesse deste estudo de acordo com a forma de verificação da presença de conservadorismo condicional apresentada na seção 3.3 são os seguintes: β_3 e β_7 .

Objetivo desse modelo é controlar o possível ruído da variável sistema tributário comentado nas seções 3.4.5 e 3.6.4. As observações analisadas por esse modelo compreendem apenas as do período de vigência do RTT. Dessa forma, os efeitos do descolamento das contabilidades financeira e fiscal foram controlados.

3.7 Estimação dos modelos

Os modelos foram estimados inicialmente pelo método dos mínimos quadrados ordinários (do inglês *ordinary least squares* [OLS]). A partir dessa estimação inicial foram realizados testes de diagnóstico nas regressões. Esses testes foram executados no software Gretl versão 1.9.5.

O primeiro passo foi verificar as seguintes propriedades estatísticas dos erros da regressão: autocorrelação serial, homocedasticidade e normalidade. Os resultados dos testes indicaram presença de autocorrelação e heterocedasticidade nos erros. A premissa de normalidade dos erros foi atendida.

O segundo passo foi verificar a metodologia mais adequada de estimar os modelos: regressão agrupada (*pooling*) ou dados em painel. Os testes²⁷ indicaram que a estimação dos modelos por meio da técnica de dados em painel é a mais adequada.

O terceiro e último passo foi avaliar a forma de especificação dos efeitos dos modelos: efeitos fixos ou efeitos aleatórios. Os resultados dos testes²⁸ são apresentados no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Especificação dos efeitos dos modelos de verificação

Modelo	Método de especificação dos efeitos
#1	Efeitos aleatórios
#2	Efeitos fixos
#3	Efeitos Aleatórios
#4	Efeitos Aleatórios
#5	Efeitos fixos

Os efeitos (fixos ou aleatórios) foram especificados no nível do *cross-section*, isso porque as variáveis padrões contábeis, desenvolvimento do mercado de capitais e sistema tributário foram mensuradas por meio de uma *dummy* de tempo. A especificação dos efeitos no nível do tempo isolaria as implicações das citadas variáveis sobre a qualidade da informação contábil.

Foram aplicadas as seguintes correções para resolver os problemas detectados no diagnóstico inicial: estimação pelo método dos mínimos quadrados generalizados (do inglês *generalized least squares* [GLS]) e correção de White, conforme orienta Greene (2003).

Os modelos foram estimados (com as correções) por meio do software EViews versão 6.

²⁷ Teste de Chow (regressão agrupada (*pooling*) versus dados em painel com efeitos fixos) e teste de Breusch-Pagan (regressão agrupada (*pooling*) versus dados em painel com efeitos aleatórios).

²⁸ Teste de Hausman (efeitos aleatórios versus efeitos fixos).

4. RESULTADOS

4.1 Estatísticas descritivas

A Tabela 1 apresenta estatísticas descritivas da variável Lucro para a amostra completa, para as empresas voluntárias (grupo de controle) e para as empresas resistentes.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas da variável Lucro.

Variável: Lucro *									
Ano	Amostra								
	Completa			Voluntárias			Resistentes		
	N	Média	Desvio	N	Média	Desvio	N	Média	Desvio
2004	121	0,183	0,524	43	0,269	0,367	78	0,136	0,590
2005	121	0,146	0,359	43	0,139	0,256	78	0,150	0,406
2006	121	0,086	0,427	43	0,116	0,202	78	0,069	0,510
2007 **	121	0,074	0,587	43	0,124	0,165	78	0,047	0,721
2007 ***	NA	NA	NA	43	0,130	0,162	NA	NA	NA
2008	121	0,065	0,216	43	0,085	0,149	78	0,054	0,245
2009 **	121	0,041	0,885	43	0,106	0,122	78	0,006	1,099
2009 ***	121	0,044	0,946	43	0,125	0,136	78	-0,001	1,174
2010	121	0,064	0,248	43	0,055	0,260	78	0,068	0,242

* Lucro por ação no período t dividido pelo preço da ação no período t-1;

** Referente às demonstrações financeiras publicadas originalmente;

*** Referente às demonstrações financeiras rerepresentadas.

Destaca-se na Tabela 1 o ligeiro aumento na média da variável Lucro referente ao exercício de 2007 após a rerepresentação voluntária. Houve também um aumento na média do Lucro com a rerepresentação obrigatória do exercício de 2009, isso para a amostra completa e para o grupo de controle.

A Tabela 2 apresenta estatísticas descritivas da variável Estrutura de capital para a amostra completa, para as empresas voluntárias e para as empresas resistentes.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas da variável Estrutura de capital.

Variável: Estrutura de capital *									
Ano	Amostra								
	Completa			Voluntárias			Resistentes		
	N	Média	Desvio	N	Média	Desvio	N	Média	Desvio
2004	121	0,341	0,437	43	0,414	0,203	78	0,301	0,521
2005	121	0,363	0,396	43	0,429	0,191	78	0,327	0,470
2006	121	0,354	0,438	43	0,436	0,184	78	0,309	0,524
2007 **	121	0,392	0,254	43	0,439	0,174	78	0,367	0,287
2007 ***	NA	NA	NA	43	0,436	0,175	NA	NA	NA
2008	121	0,363	0,242	43	0,397	0,178	78	0,344	0,271
2009 **	121	0,401	0,235	43	0,426	0,183	78	0,387	0,259
2009 ***	121	0,415	0,212	43	0,429	0,173	78	0,408	0,231
2010	121	0,414	0,209	43	0,412	0,168	78	0,415	0,229

* Patrimônio líquido consolidado dividido pelo ativo total consolidado;

** Referente às demonstrações financeiras publicadas originalmente;

*** Referente às demonstrações financeiras rerepresentadas.

Observa-se que a média da variável Estrutura de capital não apresentou visíveis oscilações no grupo de controle. O mesmo não é observado na amostra completa e no grupo de empresas resistentes.

A Tabela 3 apresenta estatísticas descritivas da variável Estrutura de propriedade para a amostra completa, para as empresas voluntárias e para as empresas resistentes.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas da variável Estrutura de propriedade.

Variável: Estrutura de propriedade *									
Ano	Amostra								
	Completa			Voluntárias			Resistentes		
	N	Média	Desvio	N	Média	Desvio	N	Média	Desvio
2004	79	0,184	0,175	25	0,187	0,167	54	0,183	0,181
2005	90	0,198	0,188	28	0,235	0,195	62	0,182	0,183
2006	87	0,194	0,208	27	0,204	0,203	60	0,189	0,211
2007	95	0,214	0,213	33	0,225	0,222	62	0,208	0,209
2008	88	0,202	0,206	28	0,178	0,208	60	0,213	0,205
2009	89	0,230	0,214	32	0,231	0,214	57	0,229	0,216
2010	117	0,233	0,222	43	0,229	0,227	74	0,235	0,220

* Ações ordinárias fora do poder dos três principais acionistas

Os dados da Tabela 3 indicam uma possível tendência de pulverização do controle acionário, ao considerar o aumento do percentual de ações ordinárias fora do poder dos três principais acionistas ao longo do período. Destaca-se que esta variável apresentou *missing values*.

A Tabela 4 apresenta estatísticas descritivas da variável Retorno para a amostra completa, para as empresas voluntárias e para as empresas resistentes.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas da variável Retorno.

Ano	Variável: Retorno *								
	Amostra								
	Completa			Voluntárias			Resistentes		
	N	Média	Desvio	N	Média	Desvio	N	Média	Desvio
2004	121	0,576	0,756	43	0,357	0,471	78	0,697	0,854
2005	121	0,267	0,692	43	0,245	0,790	78	0,279	0,638
2006	121	0,593	0,900	43	0,483	0,560	78	0,654	1,039
2007	121	0,723	0,967	43	0,511	0,801	78	0,839	1,033
2008	121	-0,345	0,282	43	-0,333	0,299	78	-0,352	0,274
2009	121	0,731	0,692	43	0,812	0,698	78	0,686	0,689
2010	121	0,149	0,349	43	0,124	0,366	78	0,163	0,341

* Retorno anual em 31/12 [(preço em t – preço em t-1) / preço em t-1]

Destaca-se na Tabela 4 a média negativa da variável Retorno no ano de 2008 decorrente da crise financeira mundial.

Não foram apresentadas estatísticas descritivas das variáveis padrões contábeis (adoção do padrão do IFRS), desenvolvimento do mercado de capitais e sistema tributário em decorrência destas variáveis serem *dummies* de tempo que assumem valor 1 ou 0.

4.2 Padrões contábeis *versus* Incentivos econômicos

4.2.1 Modelo #1

A Tabela 5 mostra os efeitos da adoção do padrão IFRS, do desenvolvimento do mercado de capitais e da interação entre adoção do padrão IFRS e desenvolvimento do mercado de capitais sobre o reconhecimento assimétrico de perdas.

Tabela 5 – IFRS, desenvolvimento do mercado de capitais e qualidade da informação contábil
$$\text{Lucro}_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 \text{Ret}_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_4 \text{IFRS}_{i,t} + \beta_5 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_6 \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_7 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_8 \text{Merc}_{i,t} + \beta_9 \text{Merc}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_{10} \text{Merc}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{11} \text{Merc}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{12} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Merc}_{i,t} + \beta_{13} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Merc}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_{14} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Merc}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{15} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Merc}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

			Amostra					
			Completa		Voluntárias		Resistentes	
			Coef	Sig	Coef	Sig	Coef	Sig
Modelo original	β_0	C	0.051	0.261	0.158	0.017	-0.002	0.968
	β_1	D	0.055	0.361	-0.061	0.271	0.109	0.314
	β_2	Ret	0.121	0.002	0.092	0.042	0.136	0.003
	β_3	D·Ret	0.194	0.197	0.075	0.540	0.242	0.263
Interação: modelo original x padrões contábeis	β_4	IFRS	0.050	0.004	-0.093	0.104	0.114	0.001
	β_5	IFRS·D	-0.135	0.042	-0.274	0.000	-0.089	0.418
	β_6	IFRS·Ret	-0.191	0.001	-0.027	0.545	-0.282	0.001
	β_7	IFRS·D·Ret	-0.004	0.982	-1.190	0.000	0.501	0.007
Interação: modelo original x incentivos econômicos	β_8	Merc	0.041	0.281	-0.045	0.435	0.134	0.002
	β_9	Merc·D	-0.091	0.160	0.013	0.826	-0.139	0.235
	β_{10}	Merc·Ret	-0.039	0.265	-0.002	0.970	-0.087	0.134
	β_{11}	Merc·D·Ret	-0.144	0.045	-0.021	0.923	-0.132	0.512
Interação: modelo original x (padrões e incentivos)	β_{12}	IFRS·Merc	-0.033	0.170	0.142	0.023	-0.181	0.000
	β_{13}	IFRS·Merc·D	0.099	0.197	0.044	0.656	0.111	0.300
	β_{14}	IFRS·Merc·Ret	0.102	0.016	-0.099	0.113	0.294	0.001
	β_{15}	IFRS·Merc·D·Ret	-0.158	0.252	0.224	0.409	-0.709	0.000
R ² ajustado			0.023		0.108		0.014	
F (Sig)			0.007		0.000		0.122	
Observações			726		258		468	

Regressão com dados em painel estimada pelo método dos mínimos quadrados generalizados com correção de White. Painel balanceado. Efeitos aleatórios. **Lucro_{i,t}**: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período t-1; **D_{i,t}**: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação em 31/12 da firma i no período t for negativo ($R_{i,t} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($R_{i,t} \geq 0$); **Ret_{i,t}**: retorno econômico anual da ação em 31/12 da firma i no período t calculado de acordo com a seguinte fórmula: [(preço em t – preço em t-1) / preço em t-1]; **IFRS_{i,t}**: variável binária que assume valor 1 para o período pós-adoção (2009-2010) [adoção completa] e valor 0 para o período pré-adoção (2004-2007); **Merc_{i,t}**: variável binária que assume valor 1 se a firma for emissora de ADR e valor 0 se não for emissora.

Os resultados da Tabela 5 indicam que não há sinais de reconhecimento assimétrico de perdas para a amostra completa e para o grupo de controle com base no coeficiente sem significância β_3 (sig > 0,10). O coeficiente positivo significativo β_2 sugere que há reconhecimento simétrico tanto de ganhos como de perdas.

O coeficiente sem significância β_7 ($\text{sig} > 0,10$) indica que a adoção do padrão IFRS não afetou o reconhecimento assimétrico de perdas da amostra completa. No caso do grupo de controle há sinais de redução na tempestividade do reconhecimento de perdas.

O coeficiente negativo significativo β_{11} ($\text{sig} < 0,05$) sugere que a emissão de ADR no mercado acionário norte-americano gerou um adiamento no reconhecimento assimétrico de perdas para a amostra completa. Já o grupo de controle não apresentou sinais de conservadorismo após a emissão de ADR. Estas evidências apresentaram direção contrária à esperada.

As companhias que negociam ADR no mercado norte-americano não sinalizaram presença de conservadorismo nos resultados diferenciado após a adoção do padrão IFRS, tanto a amostra completa como o grupo de controle, a partir do coeficiente sem significância β_{15} ($\text{sig} > 0,10$).

Estes resultados podem ser analisados sob duas perspectivas: i) qualidade e incentivos e ii) qualidade e padrões.

Na perspectiva da relação entre qualidade e incentivos, analisa-se que o ambiente institucional brasileiro (com fracos incentivos à divulgação de informações contábeis de alta qualidade) foi mais determinante do que os fatores institucionais do mercado norte-americano (com fortes incentivos à divulgação de informações de alta qualidade) para explicar o comportamento da variável qualidade da informação contábil, mesmo após a adoção do padrão IFRS.

Na perspectiva da relação entre qualidade e padrões (considerando a possível influência do padrão US-GAAP nas políticas contábeis das empresas que negociam ADR), analisa-se que o fato da firma elaborar suas demonstrações financeiras também a partir de outro padrão contábil (de maior qualidade) não afetou positivamente o grau de conservadorismo nos resultados.

Os resultados do modelo em questão permitem inferir que os incentivos econômicos são mais relevantes para explicar a qualidade das informações contábeis do que os padrões contábeis. Permitem inferir ainda que a adoção do padrão contábil IFRS não necessariamente aumenta a qualidade das demonstrações financeiras. No caso específico desse modelo, há evidências de que o novo padrão contábil reduziu a qualidade da informação contábil.

Destaca-se que os parâmetros da regressão tomados em conjunto para a amostra de empresas resistentes não são significativos, conforme o resultado do Teste F ($\text{sig} > 0,10$). Além disso, destaca-se ainda que, apesar de se utilizar a emissão de ADR como forma de avaliar a variável desenvolvimento do mercado de capitais, avaliam-se os dados contábeis divulgados no Brasil. O retorno econômico das ações se refere aos preços formados no mercado doméstico.

4.2.2 Modelo #2

A Tabela 6 mostra os efeitos da adoção do padrão IFRS, da estrutura de capital e da interação entre adoção do padrão IFRS e estrutura de capital no reconhecimento assimétrico de perdas.

Tabela 6 – IFRS, estrutura de capital e qualidade da informação contábil

$\text{Lucro}_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 \text{Ret}_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_4 \text{IFRS}_{i,t} + \beta_5 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_6 \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_7 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_8 \text{Cap}_{i,t} + \beta_9 \text{Cap}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_{10} \text{Cap}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{11} \text{Cap}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{12} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Cap}_{i,t} + \beta_{13} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Cap}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_{14} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Cap}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_{15} \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Cap}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$								
			Amostra					
			Completa		Voluntárias		Resistentes	
			Coef	Sig	Coef	Sig	Coef	Sig
Modelo original	β_0	C	-0.050	0.130	0.103	0.000	-0.076	0.025
	β_1	D	-0.160	0.002	-0.126	0.008	-0.059	0.299
	β_2	Ret	0.124	0.000	0.220	0.000	0.127	0.000
	β_3	D·Ret	-0.465	0.002	-0.394	0.028	-0.380	0.101
Interação: modelo original x padrões contábeis	β_4	IFRS	0.088	0.042	0.031	0.340	0.102	0.060
	β_5	IFRS·D	0.086	0.372	0.065	0.701	-0.092	0.413
	β_6	IFRS·Ret	-0.240	0.000	-0.184	0.000	-0.231	0.001
	β_7	IFRS·D·Ret	1.324	0.000	0.967	0.050	0.057	0.895
Interação: modelo original x incentivos econômicos	β_8	Cap	0.324	0.001	0.067	0.477	0.314	0.002
	β_9	Cap·D	0.373	0.000	0.291	0.023	0.170	0.153
	β_{10}	Cap·Ret	-0.113	0.001	-0.350	0.000	-0.114	0.007
	β_{11}	Cap·D·Ret	1.397	0.003	1.259	0.048	0.944	0.093
Interação: modelo original x (padrões e incentivos)	β_{12}	IFRS·Cap	-0.270	0.010	-0.183	0.065	-0.311	0.013
	β_{13}	IFRS·Cap·D	-0.352	0.090	-0.385	0.222	0.169	0.407
	β_{14}	IFRS·Cap·Ret	0.501	0.000	0.376	0.000	0.529	0.000
	β_{15}	IFRS·Cap·D·Ret	-3.986	0.000	-3.767	0.000	-0.228	0.814
R ² ajustado			0.507		0.541		0.470	
F (Sig)			0.000		0.000		0.000	
Observações			726		258		468	

Regressão com dados em painel estimada pelo método dos mínimos quadrados generalizados com correção de White. Painel balanceado. Efeitos fixos. **Lucro_{i,t}**: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período t-1; **D_{i,t}**: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação em 31/12 da firma i no período t for negativo ($R_{i,t} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($R_{i,t} \geq 0$); **Ret_{i,t}**: retorno econômico anual da ação em 31/12 da firma i no período t calculado de acordo com a seguinte fórmula: [(preço em t – preço em t-1) / preço em t-1]; **IFRS_{i,t}**: variável binária que assume valor 1 para o período pós-adoção (2009-2010) [adoção completa] e valor 0 para o período pré-adoção (2004-2007); **Cap_{i,t}**: estrutura de capital da firma i no período t.

Os resultados da Tabela 6 indicam que há um adiamento no reconhecimento assimétrico de perdas para a amostra completa e para o grupo de controle com base no coeficiente negativo significativo β_3 . O coeficiente positivo significativo β_2 indica que há reconhecimento simétrico de ganhos e perdas para a amostra completa e os subgrupos amostrais.

Há indícios de reconhecimento assimétrico de perdas após a adoção do padrão IFRS para a amostra completa e para o grupo de controle, com base no coeficiente positivo significativo β_7 . Para as empresas resistentes não há evidências de que o novo padrão contábil influenciou o grau de conservadorismo condicional.

Os resultados mostram que quanto maior a participação de capital próprio no financiamento das operações maior o reconhecimento assimétrico de perdas, isso para a amostra completa e os subgrupos amostrais de acordo com o coeficiente positivo significativo β_{11} . Estas evidências apresentaram a direção esperada.

O coeficiente negativo significativo β_{15} indica que após a adoção do padrão IFRS houve uma redução na tempestividade do reconhecimento de perdas para as empresas com maior relação “PL/Ativo total consolidado”. Observa-se uma inversão no conservadorismo condicional das empresas que tem maior participação de capital próprio no financiamento de suas operações após a adoção do novo padrão contábil, quando comparado os coeficientes β_{11} e β_{15} .

Analisa-se que a estrutura de capital exerceu maior influência sobre o nível de qualidade das demonstrações financeiras do que a adoção do padrão IFRS a partir das seguintes evidências:

- O coeficiente β_{11} é maior do que o β_7 para a amostra completa e os subgrupos;
- De forma mais específica, o subgrupo de empresas resistentes não apresentou sinais de reconhecimento assimétrico de perdas após a adoção do padrão IFRS. No entanto, ao considerar a interação com a estrutura de capital, esse subgrupo passou a reconhecer as perdas de forma assimétrica.

Os resultados do modelo em questão permitem inferir que os incentivos econômicos são mais relevantes para explicar a qualidade das informações contábeis do que os padrões contábeis. Permitem inferir ainda que a adoção do padrão contábil IFRS não necessariamente aumenta a qualidade das demonstrações financeiras, ao considerar as evidências para as companhias resistentes (β_7) e para as companhias com maior relação “PL/Ativo total consolidado” (β_{15}).

4.2.3 Modelo #3

A Tabela 7 apresenta os efeitos da adoção do padrão IFRS, da estrutura de propriedade e da interação entre adoção do padrão IFRS e estrutura de propriedade sobre o reconhecimento assimétrico de perdas.

Tabela 7 – IFRS, estrutura de propriedade e qualidade da informação contábil

			Amostra					
			Completa		Voluntárias		Resistentes	
			Coef	Sig	Coef	Sig	Coef	Sig
Modelo original	β_0	C	0.012	0.802	0.092	0.176	-0.017	0.838
	β_1	D	0.190	0.067	0.091	0.281	0.268	0.226
	β_2	Ret	0.181	0.000	0.156	0.030	0.197	0.000
	β_3	D·Ret	0.428	0.102	0.452	0.001	0.578	0.238
Interação: modelo original x padrões contábeis	β_4	IFRS	0.067	0.008	-0.001	0.982	0.089	0.081
	β_5	IFRS·D	-0.203	0.066	-0.188	0.068	-0.272	0.203
	β_6	IFRS·Ret	-0.136	0.031	-0.124	0.081	-0.140	0.073
	β_7	IFRS·D·Ret	-0.273	0.094	-0.932	0.000	-0.055	0.865
Interação: modelo original x incentivos econômicos	β_8	Prop	0.114	0.341	0.146	0.275	0.086	0.695
	β_9	Prop·D	-0.376	0.039	-0.712	0.186	-0.394	0.272
	β_{10}	Prop·Ret	-0.269	0.000	-0.202	0.213	-0.323	0.001
	β_{11}	Prop·D·Ret	-0.005	0.993	-2.234	0.063	0.589	0.219
Interação: modelo original x (padrões e incentivos)	β_{12}	IFRS·Prop	0.000	0.998	-0.113	0.393	0.142	0.449
	β_{13}	IFRS·Prop·D	0.105	0.716	-0.089	0.870	0.437	0.329
	β_{14}	IFRS·Prop·Ret	-0.057	0.430	0.235	0.136	-0.318	0.126
	β_{15}	IFRS·Prop·D·Ret	0.224	0.725	1.069	0.379	0.351	0.610
R ² ajustado			0.021		0.167		0.015	
F (Sig)			0.032		0.000		0.159	
Observações			557		188		369	

Regressão com dados em painel estimada pelo método dos mínimos quadrados generalizados com correção de White. Painel desbalanceado. Efeitos aleatórios. **Lucro_{it}**: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período t-1; **D_{it}**: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação em 31/12 da firma i no período t for negativo ($R_{it} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($R_{it} \geq 0$); **Ret_{it}**: retorno econômico anual da ação em 31/12 da firma i no período t calculado de acordo com a seguinte fórmula: $[(\text{preço em } t - \text{preço em } t-1) / \text{preço em } t-1]$; **IFRS_{it}**: variável binária que assume valor 1 para o período pós-adoção (2009-2010) [adoção completa] e valor 0 para o período pré-adoção (2004-2007); **Prop_{it}**: estrutura de propriedade da firma i no período t.

Os resultados da Tabela 7 indicam que não há sinais de reconhecimento assimétrico de perdas para a amostra completa a partir do coeficiente sem significância β_3 ($\text{sig} > 0,10$). Há indícios de conservadorismo apenas para o grupo de controle ($\text{sig} < 0,01$). O coeficiente significativo β_2 indica que reconhecimento simétrico tanto de ganhos como de perdas, principalmente para a amostra completa.

O coeficiente negativo significativo β_7 sugere que há sinais de redução na tempestividade do reconhecimento de perdas após a adoção do padrão IFRS, isso tanto para a amostra completa ($\text{sig} < 0,10$) como para o grupo de controle ($\text{sig} < 0,01$).

O coeficiente negativo significativo β_{11} ($\text{sig} < 0,10$) aponta que quanto maior a dispersão do controle acionário maior o adiamento no reconhecimento assimétrico de perdas para as companhias do grupo de controle. Não há sinais de conservadorismo condicional para a amostra completa ao considerar a interação entre o modelo original e a variável estrutura de propriedade. Estas evidências apresentaram direção contrária à esperada.

As companhias com maior dispersão acionária não sinalizaram presença de conservadorismo condicional após a adoção do padrão IFRS, isso tanto a amostra completa como o grupo de controle, com base do coeficiente sem significância β_{15} ($\text{sig} > 0,10$).

Os resultados do modelo em questão não permitem inferir que os incentivos econômicos são mais relevantes para explicar a qualidade das informações contábeis do que os padrões. Mas permitem inferir que a adoção do padrão IFRS não necessariamente aumenta a qualidade da informação contábil. No caso específico desse modelo, as evidências sugerem que o novo padrão contábil reduziu a qualidade da informação contábil.

Destaca-se que os parâmetros da regressão tomados em conjunto para a amostra de empresas resistentes não são significativos, com base no resultado do Teste F ($\text{sig} > 0,10$). Além disso, destaca-se ainda que a composição das observações é diferente como decorrência dos *missing values* da variável estrutura de propriedade.

4.2.4 Modelo #4

A Tabela 8 mostra os efeitos do sistema tributário no reconhecimento assimétrico de perdas.

Tabela 8 – Sistema tributário e qualidade da informação contábil

		Amostra					
		Completa		Voluntárias		Resistentes	
		Coef	Sig	Coef	Sig	Coef	Sig
Modelo original	β_0 C	0.056	0.163	0.147	0.030	0.009	0.820
	β_1 D	0.037	0.371	-0.078	0.239	0.099	0.275
	β_2 Ret	0.120	0.001	0.128	0.090	0.133	0.003
	β_3 D·Ret	0.147	0.256	-0.064	0.372	0.223	0.224
Interação: modelo original x (padrões e incentivos)	β_4 RTT	0.048	0.052	-0.056	0.375	0.115	0.004
	β_5 RTT·D	-0.054	0.235	0.120	0.095	-0.183	0.058
	β_6 RTT·Ret	-0.190	0.000	-0.073	0.336	-0.285	0.000
	β_7 RTT·D·Ret	0.008	0.932	0.197	0.012	-0.086	0.529
R ² ajustado		0.036		0.135		0.031	
F (Sig)		0.000		0.000		0.003	
Observações		726		258		468	

Regressão com dados em painel estimada pelo método dos mínimos quadrados generalizados com correção de White. Painel balanceado. Efeitos aleatórios. **Lucro_{it}**: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período t-1; **D_{it}**: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação em 31/12 da firma i no período t for negativo ($R_{it} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($R_{it} \geq 0$); **Ret_{it}**: retorno econômico anual da ação em 31/12 da firma i no período t calculado de acordo com a seguinte fórmula: [(preço em t – preço em t-1) / preço em t-1]; **RTT_{it}**: variável binária que assume valor 1 para o período de vigência do RTT (2008-2009) e valor 0 para o período anterior.

Os resultados da Tabela 8 indicam que não há sinais de reconhecimento assimétrico de perdas para a amostra completa e para o grupo de controle a partir do coeficiente sem significância β_3 (sig > 0,10). O coeficiente significativo β_2 sugere que há reconhecimento simétrico de ganhos e de perdas para a amostra completa e os subgrupos amostrais.

O coeficiente positivo significativo β_7 (sig < 0,05) indica que no período pós-vigência do RTT as empresas do grupo de controle passaram a reconhecer as perdas de forma assimétrica. A análise para a amostra completa e para as empresas resistentes sugere que o RTT não afetou o conservadorismo, com base nos respectivos coeficientes sem significância β_7 (sig > 0,10).

As evidências desse modelo apontam que o descolamento entre padrões contábeis e regras fiscais não foi capaz de afetar a qualidade da informação contábil das empresas que compõem a amostra completa desta pesquisa.

O fato de apenas as empresas com incentivos diferenciados à divulgação (grupo de controle) terem apresentado sinais de reconhecimento assimétrico de perdas no período pós-vigência do RTT permite inferir que os incentivos no nível da firma foram mais relevantes para explicar a qualidade da informação contábil do que a mudança no ambiente institucional relacionada ao descolamento das contabilidades financeira e fiscal.

Destaca-se que o tempo de análise da adoção parcial do padrão IFRS para as companhias do grupo de controle foi 2007-2009. Para a amostra completa e o grupo de companhias resistentes o tempo de análise foi 2008-2009. Além disso, destaca-se ainda que a variável RTT exerce um tipo de efeito combinado sobre o reconhecimento assimétrico de perdas, pois ao mesmo tempo em que tenta capturar o descolamento da contabilidade financeira da contabilidade fiscal captura também a transição do padrão contábil local para o padrão contábil internacional.

4.2.5 Modelo #5

A Tabela 9 apresenta os efeitos da adoção completa do padrão IFRS (em relação à adoção parcial) sobre o reconhecimento assimétrico de perdas.

Tabela 9 – IFRS e qualidade da informação contábil

		$\text{Lucro}_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 D_{i,t} + \beta_2 \text{Ret}_{i,t} + \beta_3 D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_4 \text{IFRS}_{i,t} + \beta_5 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} + \beta_6 \text{IFRS}_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \beta_7 \text{IFRS}_{i,t} \cdot D_{i,t} \cdot \text{Ret}_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$							
		Amostra							
		Completa		Voluntárias		Resistentes			
		Coef	Sig	Coef	Sig	Coef	Sig		
Modelo original	β_0 C	0.075	0.000	0.072	0.000	0.054	0.000		
	β_1 D	0.065	0.000	0.030	0.000	0.044	0.000		
	β_2 Ret	-0.017	0.021	0.064	0.000	-0.013	0.456		
	β_3 D·Ret	0.249	0.000	0.025	0.331	0.217	0.000		
Interação: modelo original x padrões contábeis	β_4 IFRS	-0.006	0.234	0.013	0.008	-0.015	0.102		
	β_5 IFRS·D	-0.071	0.000	-0.130	0.000	-0.047	0.025		
	β_6 IFRS·Ret	0.004	0.623	-0.019	0.045	0.019	0.155		
	β_7 IFRS·D·Ret	0.004	0.949	-0.350	0.000	0.039	0.594		
R ² ajustado		0.707		0.800		0.600			
F (Sig)		0.000		0.000		0.000			
Observações		484		215		312			

Regressão com dados em painel estimada pelo método dos mínimos quadrados generalizados com correção de White. Painel balanceado. Efeitos fixos. **Lucro_{i,t}**: lucro por ação da firma i no período t dividido pelo preço da ação no período t-1; **D_{i,t}**: variável binária que assume valor 1 se o retorno econômico da ação em 31/12 da firma i no período t for negativo ($R_{i,t} < 0$) e valor 0 se o retorno for positivo ou nulo ($R_{i,t} \geq 0$); **Ret_{i,t}**: retorno econômico anual da ação em 31/12 da firma i no período t calculado de acordo com a seguinte fórmula: [(preço em t – preço em t-1) / preço em t-1]; **IFRS_{i,t}**: variável binária que assume valor 1 para o período de adoção completa (2009-2010) e valor 0 para o período de adoção parcial (2008-2009).

Os resultados da Tabela 9 indicam que há sinais de reconhecimento assimétrico de perdas para a amostra completa e para as empresas resistentes com base no coeficiente positivo com significância β_3 (sig < 0,01). Não há evidências do grupo de controle reconhecer de maneira diferenciada perdas potenciais, diferentemente do esperado.

No entanto, após a adoção completa do padrão IFRS, os sinais de reconhecimento assimétrico de perdas para a amostra completa e para as empresas resistentes não mais se apresentaram. E para o caso do grupo de controle há indícios de redução na tempestividade do reconhecimento assimétrico de perdas.

As evidências da amostra completa e dos subgrupos amostrais avaliadas em conjunto apontam uma redução na qualidade da informação contábil após a adoção completa do padrão IFRS.

Ao considerar que o período analisado está sob vigência do RTT e que houve uma mudança no reconhecimento assimétrico de perdas, com base nos coeficientes β_3 e β_7 , analisa-se que o descolamento entre padrões contábeis e regras fiscais exerceu maior influência sobre o nível de qualidade das demonstrações financeiras do que a adoção completa do padrão IFRS.

Os resultados do modelo em questão permitem inferir que os incentivos econômicos são mais relevantes para explicar a qualidade das informações contábeis do que os padrões contábeis. Permitem inferir ainda que a adoção do padrão contábil IFRS não necessariamente aumenta a qualidade das demonstrações financeiras. No caso específico desse modelo, há evidências de que o novo padrão contábil reduziu a qualidade da informação contábil.

Destaca-se que o tempo de análise da adoção parcial do padrão IFRS para as companhias do grupo de controle foi 2007-2009. Para a amostra completa e o grupo de companhias resistentes o tempo de análise foi 2008-2009. Além disso, destaca-se ainda que esse modelo controla os efeitos do descolamento entre padrões contábeis e regras fiscais, isso porque compreende apenas a fase de vigência do RTT.

4.3 Síntese

O coeficiente β_3 dos modelos 1, 2, 3 e 4 indica que não há reconhecimento assimétrico de perdas para os dados avaliados de maneira agregada, conforme esperado. Em um dos modelos foi detectado adiamento no reconhecimento assimétrico de perdas. Foi detectada também uma evidência de conservadorismo condicional no grupo de controle em um dos modelos.

O coeficiente β_3 do modelo 5 indica presença de conservadorismo condicional para corte de tempo 2008-2010, exceto para o grupo de controle.

O coeficiente β_7 dos modelos 1, 2 e 3 aponta que a adoção do padrão IFRS na maior parte das evidências não afetou o reconhecimento assimétrico de perdas. Há indícios inclusive de que houve adiamento no reconhecimento antecipado das perdas econômicas em alguns casos. Estes resultados estão em linha com o esperado por esta pesquisa.

O coeficiente β_7 do modelo 4 aponta que a vigência do regime tributário de transição afetou positivamente o conservadorismo condicional apenas do grupo de controle.

O coeficiente β_7 do modelo 5 aponta que após a adoção completa do padrão IFRS não há mais sinais de reconhecimento assimétrico de perdas, em linha com as hipóteses levantadas.

O coeficiente β_{11} dos modelos 1, 2 e 3 sugere certa heterogeneidade com relação aos efeitos dos incentivos econômicos sobre o conservadorismo condicional. A variável de incentivo que exerceu maior efeito sobre o reconhecimento assimétrico de perdas foi estrutura de capital, isso em todos os subgrupos amostrais. Estas evidências apresentaram em parte direção contrária à esperada.

O coeficiente β_{15} dos modelos 1, 2 e 3 mostra que as empresas com incentivos diferenciados relacionados à (i) exposição a um mercado mais desenvolvido, (ii) financiamento via mercado de ações e (iii) estrutura acionária dispersa não apresentaram evidências de reconhecimento assimétrico de perdas após a adoção do padrão IFRS. Havia conservadorismo condicional em algumas situações quando da interação entre o modelo original e uma variável de incentivo, mas inserção da variável padrões contábeis inverteu a direção do resultado. Estes resultados estão em linha com o esperado por esta pesquisa.

5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa empírica teve como objetivo principal avaliar os efeitos dos padrões contábeis, dos incentivos econômicos e da interação entre padrões contábeis e incentivos econômicos sobre a qualidade da informação contábil das companhias que operam no Brasil. Foram avaliados dados contábeis, de mercado e de composição acionária de uma amostra de 121 companhias abertas com ações negociadas na BM&FBOVESPA no período entre 2004-2010.

A variável qualidade da informação contábil foi analisada em função da presença (ou não) do reconhecimento assimétrico de perdas, conforme estudos anteriores. Destaca-se que a decisão de analisar apenas o conservadorismo, decorrente de uma escolha teórico-metodológica, gera uma forte limitação às conclusões deste trabalho.

Destaca-se ainda que estas conclusões são apenas referentes à amostra avaliada e ao período analisado, pois o processo de amostragem não foi aleatório. E ainda ressalta-se que os dados analisados são preliminares, isso porque se avaliou o primeiro ano da adoção do padrão IFRS no Brasil, com os respectivos dados comparativos reapresentados obrigatoriamente.

Principais conclusões do estudo

As evidências documentadas quando analisadas em conjunto sugerem que os incentivos econômicos associados aos fatores institucionais são mais relevantes para explicar a qualidade da informação contábil do que os padrões contábeis, em conformidade com a hipótese geral. Além disso, sugerem ainda que a adoção obrigatória do padrão IFRS não necessariamente aumenta a qualidade das informações contábeis divulgadas no mercado brasileiro, em linha com a hipótese complementar.

Esta conclusão está fundamentada (i) na constatação de que o ambiente institucional brasileiro não fornece incentivos adequados à divulgação de informações contábeis de alta qualidade, nas (ii) evidências de que o adoção do padrão IFRS não afetou o reconhecimento assimétrico de perdas de forma positiva e (iii) nas evidências de que os incentivos no nível da firma e os fatores institucionais afetaram o reconhecimento assimétrico de perdas.

As evidências indicaram que o reconhecimento assimétrico de perdas no Brasil é semelhante ao de países classificados como *code law*, apesar de adotar um padrão contábil originado de um ambiente *common law*. Estes fatos comprovam o argumento de que apenas os padrões contábeis não são suficientes para produzir informações contábeis de alta qualidade, por mais que os padrões sejam de alta qualidade, como é considerado o modelo contábil IFRS.

Estes resultados estão em consonância com evidências analisadas em estudos anteriores em quatro aspectos principais:

- Os resultados das empresas brasileiras não apresentam o atributo do conservadorismo condicional – literatura científica nacional;
- Os resultados em países *code law* apresentam nível de conservadorismo condicional inferior aos resultados em países *common law* – literatura científica internacional;
- Os incentivos econômicos são mais relevantes para explicar a qualidade da informação contábil do que os padrões contábeis – literatura científica internacional; e
- A adoção do padrão IFRS não necessariamente aumenta a qualidade da informação contábil – literatura científica internacional.

Uma possível explicação para a ausência do reconhecimento assimétrico de perdas no período pós-adoção é a neutralidade tributária assegurada pelo regime tributário de transição (RTT), considerando que as outras variáveis de incentivo econômico permaneçam constantes.

A partir desse regime as companhias podem reconhecer (i) os ganhos de forma mais tempestiva e (ii) as perdas de forma menos tempestiva, caso tenham incentivos para apresentarem lucros elevados ou prejuízos reduzidos, isso porque o cálculo dos tributos são realizados a partir de demonstrações financeiras específicas para fins tributários. Assim, as possíveis mudanças nas políticas contábeis de reconhecimento de boas e más notícias não têm necessariamente efeitos tributários.

Houve certa heterogeneidade entre os incentivos enquanto potenciais determinantes do nível de qualidade da informação contábil divulgada no Brasil, isso porque as variáveis estrutura de propriedade e desenvolvimento do mercado de capitais não afetaram de maneira positiva o reconhecimento assimétrico de perdas, diferentemente das variáveis estrutura de capital e sistema tributário.

Limitações da pesquisa

Os modelos #1, #2 e #3 têm um ruído em potencial não controlado relacionado à vigência do RTT, implicando que uma das características institucionais não permaneceu constante. Logo, a variável binária IFRS pode estar contaminada com a mudança ocorrida na relação entre os padrões contábeis e as regras fiscais. Para mitigar esse ruído, de maneira que se avalie apenas o efeito da adoção do padrão IFRS, foram analisados dados apenas referentes ao período pós-vigência do RTT por meio do modelo #5.

O modelo #4 tem um ruído em potencial parcialmente controlado relacionado à mudança do padrão contábil. Logo, a variável binária RTT pode estar afetada pela adoção do novo padrão. Para mitigar esse ruído, de maneira que se avalie apenas o efeito do RTT, foram analisados dados apenas referentes à adoção parcial do IFRS.

A pesquisa apresenta as seguintes limitações quanto à interpretação de seus resultados, além das já citadas:

- i. O efeito aprendido pode condicionar a significância dos possíveis efeitos do novo padrão sobre as propriedades dos números contábeis, isso por se tratar do primeiro ano de adoção completa do modelo IFRS;
- ii. Algumas das normas internacionais já eram aplicadas no Brasil de certa forma. Logo, os possíveis efeitos da mudança podem ter sido diluídos;
- iii. Viés de sobrevivência na seleção da amostra;
- iv. Utilização de apenas uma métrica para a variável qualidade da informação contábil; e
- v. Outras variáveis de incentivos podem ter maior potencial de explicar a qualidade da informação contábil do que as variáveis utilizadas.

O exercício de 2008 não foi incluído nas análises dos modelos #1, #2 e #3 em decorrência de fazer parte do período de adoção parcial, isso porque o objetivo era analisar apenas o período de adoção completa. Mas uma consequência positiva dessa exclusão foi eliminar um ano não típico, em que ocorreu a crise financeira mundial.

Sugestões para pesquisas futuras

- Ampliar o horizonte temporal do trabalho para capturar de forma mais consistente os efeitos do padrão IFRS sobre as propriedades da informação contábil;
- Aplicar outras métricas de conservadorismo condicional;
- Empregar outras medidas para a variável qualidade da informação contábil;
- Controlar os efeitos de demandas específicas por demonstrações financeiras mais ou menos conservadoras.

REFERÊNCIAS

AHMED, A. S.; NEEL, M.; WANG, D. **Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality?** Preliminary evidence. SSRN, 2010. Disponível em:

<http://ssrn.com/abstract=1502909> Acesso: 30 out. 2010.

ALI, M. J. A synthesis of empirical research on international accounting harmonization and compliance with International Financial Reporting Standards. **Journal of Accounting Literature**. v. 24, p. 1-52, 2005.

ALMEIDA, José Elias Feres de. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). FEA/USP, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, José Elias Feres de; ALMEIDA, Juan Carlos Goes de. Auditoria e *earnings management*: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas Big Four e demais empresas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças USP**. v. 20, p. 62-74, maio/ago. 2009.

ALMEIDA, José Elias Feres de; SARLO NETO, Alfredo; BASTIANELLO, Ricardo Furieri; MONEQUE, Eduardo Zandomenigue. Conservadorismo e suavização de resultados no Brasil. In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2011.

ANTUNES, Gustavo Amorim; TEIXEIRA, Aridelmo José C.; COSTA, Fábio Moraes da; NOSSA, Valcemiro. Efeitos da adesão aos níveis de governança da Bolsa de Valores de São Paulo na qualidade da informação contábil. **Advances in Scientific and Applied Accounting**. v. 3, n. 1, p. 1-14, 2009.

ARAÚJO, Marcelo Bicalho Viturino de; BRAGA, Josué Pires; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; SALOTTI, Bruno Meirelles. Reapresentação voluntária de demonstrações financeiras de 2007 no Brasil de acordo com a Lei 11.638/07. In: 34º Encontro da ANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

BALL, R. International financial reporting standards (IFRS): Pros and cons for investors. **Accounting and Business Research**. Special issue. v. 36, p. 5-27, 2006.

BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**. v. 29, p. 1-51, 2000.

BALL, R.; ROBIN, A.; SADKA, G. Is financial reporting shaped by equity markets or by debt markets? An international study of timeliness and conservatism. **Review of Accounting Studies**. v. 13, p. 168-205, 2008.

BALL, R.; ROBIN, A.; WU, J. S. Accounting standards, the institutional environment and issuer incentives: effect on accounting conservatism in China. **Asia Pacific Journal of Accounting and Economics**. v. 7, p. 71-96, 2000.

BALL, R.; ROBIN, A.; WU, J. S. Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. **Journal of Accounting and Economics**. v. 36, p. 235-270, 2003.

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**. v. 39, p. 83-128, 2005.

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. The role of accruals in asymmetrically timely gain and loss recognition. **Journal of Accounting Research**. v. 44, n. 2, p. 207-242, 2006.

BAPTISTA, Evelyn Maria Boia. **Análise do perfil das empresas brasileiras segundo o nível de gerenciamento de resultados**. Tese (Doutorado em Administração). UFRGS, Porto Alegre, 2008.

BAPTISTA, Evelyn Maria Boia. Ganhos em transparência versus novos instrumentos de manipulação: o paradoxo das modificações trazidas pela lei nº 11.638. **Revista de Administração de Empresas**. v. 49, n. 2, p. 234-239, abr./jun. 2009.

BARTH, M. E. Global financial reporting: implications for U.S. academics. **The Accounting Review**. v. 83, n. 5, p. 1159-1179, 2008.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**. v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.

BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. **Journal of Accounting and Economics**. v. 24, p. 3-37, 1997.

BEAVER, W. H. Perspectives on recent capital market research. **The Accounting Review**. v. 77, n. 2, p. 453-474, 2002.

BEAVER, W. H.; RYAN, S. G. Biases and lags in book value and their effects on the ability of the book-to-market ratio to predict book return on equity. **Journal of Accounting Research**. v. 38, n. 1, p. 127-148, 2000.

BLISS, J. H. **Management through accounts**. New York: Ronald Press, 1924.

Bradshaw, M.T.; MILLER, G.S. Will harmonizing accounting standards really harmonize accounting? Evidence from non-U.S. firms adopting US GAAP. **Journal of Accounting, Auditing and Finance**. 2007.

BRASIL. **Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. **Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. **Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. **Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. **Medida Provisória 449, de 3 de dezembro de 2008**. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 3.741, de 2000.** Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Disponível em: <http://www.camara.gov.br/>

BRITO, Giovani Antonio Silva; MARTINS, E. Conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil. In: 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2011.

BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D. Financial reporting incentives for conservative accounting: the influence of legal and political institutions. **Journal of Accounting and Economics.** v. 42, p. 107-148, 2006.

CALIXTO, L. Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS em países europeus. **Revista Contabilidade Vista & Revista.** v. 21, n. 1, p. 157-187, jan./mar. 2010.

CHEN, H.; TANG, Q.; JIANG, Y.; LIN, Z. The role of International Financial Reporting Standards in accounting quality: evidence from the European Union. **Journal of International Financial Management and Accounting.** v. 21, n. 3, p. 220-278, 2010.

CHRISTENSEN, H. B.; LEE, E.; WALKER, M. **Incentives or standards:** what determines accounting quality changes around IFRS adoption? SSRN, 2008. Disponível em:

<http://ssrn.com/abstract=1013054> Acesso: 20 set. 2010.

COELHO, Antonio Carlos Dias. **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil.** Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). FEA/USP, São Paulo, 2007.

COELHO, Antonio Carlos Dias; CIA, Joanília Neide de Sales; LIMA, Iran Siqueira. Conservadorismo condicional na divulgação de lucros em companhias abertas brasileiras: diferenças entre emissoras e não emissoras de ADR e entre sistemas contábeis. **Revista de Administração Mackenzie.** v. 11, n. 1, p. 117-149, jan./fev. 2010.

COELHO, Antonio Carlos Dias; GALDI, Fernando Caio; LOPES, Alexsandro Broedel. **The determinants of earnings quality:** the case of Brazilian public and private firms. SSRN, 2010. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1541628> Acesso: 05 ago. 2010.

COELHO, Antonio Carlos Dias; LIMA, Iran Siqueira. Conservadorismo condicional: requisito para a qualidade dos lucros e para a eficiência informacional da contabilidade.

Revista Eletrônica de Administração. v. 15, n. 3, set./dez. 2009.

COELHO, Antonio Carlos Dias; LIMA, Iran Siqueira. Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças USP**. v. 18, p. 38-49, set./dez. 2007.

COELHO, Antonio Carlos Dias; LIMA, Iran Siqueira. Segmentos de governança da Bovespa: diferenças nos graus de conservadorismo condicional na divulgação de resultados contábeis. **Advances in Scientific and Applied Accounting**. v. 1, n. 1, p. 17-32, 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 13** – Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08. Disponível em:

<http://www.cpc.org.br/>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26** – Apresentação das Demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 37** – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Disponível em:

<http://www.cpc.org.br/>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº. 1.055/05**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Disponível em: <http://www.cfc.org.br/>

COSTA, Fábio Moraes da; COSTA, Alessandra Cristina de Oliveira; LOPES, Alexsandro Broedel. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. **Revista Contabilidade & Finanças USP**. n. 41, p. 7-20, maio/ago. 2006.

COSTA, Rosilda Aparecida da; COSTA, Fábio Moraes da; AMORIM, Gustavo; BAPTISTA, Ézio C. S. O impacto da regulação no conservadorismo das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**. v. 12, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2009.

DASKE, H.; HAIL, L.; LEUZ, C.; VERDI, R. **Adopting a label**: heterogeneity in the economic consequences of IFRS adoptions. SSRN, 2009. Disponível em:

<http://ssrn.com/abstract=979650> Acesso: 25 out. 2010.

DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**. v. 50, p. 344-401, 2010.

DECKER Jr., W. E.; BRUNNER, P. Summary of accounting principle differences around the world. In: CHOI, F. D. S. (Edit.). **International finance and accounting handbook**. Third edition. New Jersey: John Wiley & Sons, 2003.

DIAS FILHO, José Maria; MACHADO, Luiz Henrique Baptista. Abordagens da pesquisa em contabilidade. In: IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro Broedel (Coords.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

FERREIRA, L. F.; LARA, J. M. G.; GONÇALVES, T. Accounting conservatism in Portugal: similarities and differences facing Germany and the United Kingdom. **Revista de Administração Contemporânea**. 2ª Edição Especial, p. 163-188, 2007.

GIVOLY, D.; HAYN, C. The changing time-series properties of earnings, cash flows and accruals: has financial reporting become more conservative? **Journal of Accounting and Economics**. v. 29, p. 287-320, 2000.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza; WEFORT, Elionor Farah Jreige; GONÇALVES, Andrea de Oliveira. *Social disclosure* das empresas brasileiras listadas na NYSE e na BOVESPA: sua relação com os níveis de governança corporativa. In: 31º Encontro da ANPAD. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

GONZAGA, Rosimeire Pimentel; COSTA, Fábio Moraes da. A relação entre conservadorismo contábil e os conflitos entre acionistas controladores e minoritários sobre as políticas de dividendos nas empresas brasileiras listadas na Bovespa. **Revista Contabilidade & Finanças USP**. v. 20, p. 95-109, maio/ago. 2009.

GREENE, W. H. **Econometric analysis**. Fifth edition. New Jersey: Prentice Hall, 2003.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDAS, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. Tradução: Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLTHAUSEN, R. W. Testing the relative power of accounting standards versus incentives and other institutional features to influence the outcome of financial reporting in an international setting. **Journal of Accounting and Economics**. v. 36, p. 271-283, 2003.

HUNG, M.; SUBRAMANYAM, K. R. Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany. **Review of Accounting Studies**. v. 12, p. 623-657, 2007.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Who we are and what we do**. 2009. Disponível em: <http://www.iasplus.com/> Acesso: 14 out. 2010.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). **Perspectives on the Global Application of IFRS da International Federation of Accountants**. 2007.

Disponível em: <http://www.iasplus.com/ifac/0702tacifrsreport.pdf> Acesso: 14 out. 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. (Suplemento) 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KAYTMAZ BALSARI, C.; OZKAN, S.; DURAK, M. G. **Earnings conservatism in the pre- and post- IFRS adoption periods in Turkey**: panel data evidence on the firm specific factors. SSRN, 2010. [Não mais] Disponível em: <http://www.ssrn.com/> Acesso: 26 abr. 2010.

LARA, J. M. G.; OSMA, B. G.; PENALVA, F. The economic determinants of conditional conservatism. **Journal of Business Finance & Accounting**. v. 36, p. 1-37, 2009.

LEAL, Ricardo P. C.; CARVALHAL, André L. **Corporate Governance and Value in Brazil (and in Chile)**. SSRN, 2005. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=726261> Acesso: 26 maio 2011.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. In: 4º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2004.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; FONSECA, José Alberto Soares da; BRITO, Giovanni Antonio Silva. Conservadorismo nos resultados contábeis dos bancos em Portugal. In: 9º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2009.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; OZAWA, Celina Yumiko; GOULART, André Moura Cintra. *Underwriting, ações, ADR e BDR*. In: LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; PIMENTEL, Renê Coppe (Coords.). **Curso de mercado financeiro: tópicos especiais**. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, João Batista Nast de. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). FEA/USP, São Paulo, 2010.

LIMA, Vinícius Simmer de; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; LIMA, Iran Siqueira; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Determinantes da convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil. In: 4º Congresso da ANPCONT. **Anais...** Natal: ANPCONT, 2010.

LOBO, G. J.; ZHOU, J. Did conservatism in financial reporting increase after the Sarbanes-Oxley Act? Initial evidence. **Accounting Horizons**. v. 20, n. 1, p. 57-73, 2006.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Alexsandro Broedel; WALKER, Martin. **Firm-level incentives and the informativeness of accounting reports: an experiment in Brazil**. SSRN, 2008. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1095781> Acesso: 05 mar. 2011.

MARTINEZ, Antonio Lopo; REIS, Graciela Mendes Ribeiro. Rodízio de auditores e o gerenciamento de resultados. In: 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

MARTINS, Eliseu; MARTINS, Vinícius A.; MARTINS, Éric A. Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. **Revista de Informação Contábil UFPE**. v. 1, n. 1, p. 7-30, set. 2007.

MENDONÇA, Mark Miranda de; COSTA, Fábio Moraes da; GALDI, Fernando Caio; FUNCHAL, Bruno. O impacto da lei Sarbanes-Oxley (SOX) na qualidade do lucro das empresas brasileiras que emitiram ADRs. **Revista Contabilidade & Finanças USP**. v. 21, jan./abr. 2010.

NANDAKUMAR, A.; GHOSH, T. P.; MEHTA, K. J.; ALKAFAJI, Y. A. **Understanding IFRS fundamentals: International Financial Reporting Standards**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010.

NAVARRO-GARCÍA, J. C.; BASTIDA, Francisco. An empirical insight on Spanish listed companies' perceptions of International Financial Reporting Standards. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**. v. 19, p. 110-120, 2010.

NOBES, C. The survival of international differences under IFRS: towards a research agenda. **Accounting and Business Research**. v. 36, n. 3, p. 233-245, 2006.

NOBES, C. Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting. **Abacus**. v. 34, n. 2, p. 162-187, 1998.

PACTER, P. International Financial Reporting Standards. In: CHOI, F. D. S. (Edit.). **International finance and accounting handbook**. Third edition. New Jersey: John Wiley & Sons, 2003.

PAULO, Edilson; ANTUNES, Maria Thereza Pompa; FORMIGONI, Henrique. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**. v. 48, n. 3, p. 46-60, jul./set. 2008.

POPE, P. F.; WALKER, M. International differences in the timeliness, conservatism and classification of earnings. **Journal of Accounting Research**. v. 37 (supplement), p. 53-87, 1999.

RIPAMONTI, Alexandre. Conservadorismo e custo de capital. In: 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

ROYCHOWDHURY, S.; WATTS, R. L. Asymmetric timeliness of earnings, market-to-book and conservatism in financial reporting. **Journal of Accounting and Economics**. v. 44, p. 2-31, 2007.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. **Revista de Administração de Empresas**. (versão eletrônica) v. 9, n. 1, jan./jun. 2010.

SANTOS, Luis Paulo Guimarães dos; LIMA, Iran Siqueira; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; FREITAS, Sheizi Calheira de. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas na BM&FBovespa. In: 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

SANTOS, Luis Sérgio Ribeiro dos; COSTA, Fábio Moraes da. Conservadorismo contábil e *timeliness*: evidências empíricas nas demonstrações financeiras de empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. **Revista Contabilidade & Finanças USP**. v. 19, p. 27-36, set./dez. 2008.

SARLO NETO, Alfredo; ALMEIDA, José Elias Feres de; RODRIGUES, Adriano. Concentração de votos e acordo de acionistas: influências sobre o conservadorismo contábil. In: 4º Congresso da ANPCONT. **Anais...** Natal: ANPCONT, 2010.

SILVA, Adriana Cristina da; COELHO, Antonio Carlos; LOPES, Alexsandro Broedel; ALMEIDA, José Elias Feres de. Qualidade informacional dos lucros das companhias monitoradas por agências reguladoras no Brasil. In: 3º Congresso da ANPCONT. **Anais...** São Paulo: ANPCONT, 2009.

SODERSTROM, N. S.; SUN, K. J. IFRS adoption and accounting quality: a review. **European Accounting Review**. v. 16, n. 4, p. 675-702, 2007.

STERZECK, Gisele. Efeito da convergência contábil no Brasil sobre o conservadorismo condicional das instituições financeiras. In: **LXXXV Discussões Metodológicas**. FEA/USP, São Paulo, 2010.

TENDELOO, B.; VANSTRAELEN, A. Earnings management under German GAAP versus IFRS. **European Accounting Review**. v. 14, n. 1, p. 155-180, 2005.

VIEIRA, Rafael Bezerra. **Impactos da implantação parcial dos IFRS no Brasil**: efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). FEA-RP/USP, Ribeirão Preto, 2010.

WANG, R. Z.; HÓGARTAIGH, C. Ó; ZIJL, T. van. Measures of accounting conservatism: a construct validity perspective. **Journal of Accounting Literature**. v. 28, p. 165-203, 2009.

WATTS, R. L. **A proposal for research on conservatism**. SSRN, 1993. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=6044> Acesso: 11 ago. 2010.

WATTS, R. L. Conservatism in accounting – part I: explanations and implications. **Accounting Horizons**. v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003a.

WATTS, R. L. Conservatism in accounting – part II: evidence and research opportunities. **Accounting Horizons**. v. 17, n. 4, p. 287-301, 2003b.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional:** influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). FEA/USP, São Paulo, 2003.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Lista das empresas que compõem a amostra da pesquisa.

Razão social	Grupo de controle
AES Elpa S/A	Não
AES Tiete S/A	Não
Alfa Holdings S/A	Sim
Ampla Energia e Servicos S/A	Não
Bardella S/A Inds Mecanicas	Não
Bombril S/A	Não
Bradespar S/A	Não
Brasil Telecom S/A	Sim
Braskem S/A	Sim
BRF - Brasil Foods S/A	Não
CCR S/A	Sim
Celulose Irani S/A	Não
Centrais Eletricas Brasileiras S/A	Não
Centrais Eletricas de Santa Catarina S/A	Não
Centrais Eletricas do Para S/A - Celpa	Não
Centrais Eletricas Matogrossenses S/A	Não
Cia Cacique Cafe Soluvel	Não
Cia Eletricidade da Bahia	Não
Cia Energ Minas Gerais - Cemig	Sim
Cia Energia de Pernambuco	Não
Cia Est Geracao e Trans de En El Ceee-Gt	Não
Cia Ferro Ligas Bahia Ferbasa	Sim
Cia Hering	Não
Cia Saneamento Basico Estado Sao Paulo	Sim
Cia Tecidos Norte de Minas - Coteminas	Sim
Cia. de Fiacao e Tecidos Cedro Cachoeira	Não
Cia. de Saneamento do Parana - Sanepar	Não
Cia. Distrib. de Gas do Rio de Janeiro	Não
Cia. Iguacu de Cafe Soluvel	Não
Cia. Paranaense de Energia - Copel	Sim
Companhia Brasileira de Distribuicao	Sim
Companhia de Bebidas Das Americas-Ambev	Não
Companhia de Gas de Sao Paulo - Comgas	Não
Companhia Energetica do Ceara - Coelce	Não
Companhia Siderurgica Nacional	Não
Confab Industrial S/A	Não
Consortio Alfa de Administracao S/A	Sim
Const Lix da Cunha S/A	Não

Cteep-Cia Transm Energia Eletr. Paulista	Não
Dimed S/A - Distribuidora de Medicamentos	Não
Dixie Toga S/A	Não
Docas Investimentos S/A	Não
Döhler S/A	Não
Duke Energy Int, Geracao Paranapanema S/A	Não
Electro Aco Altona S/A	Não
Elekeiroz S/A	Não
Elektro Eletricidade e Servicos S/A	Sim
Eletrobrás Participações S/A - Eletropar	Não
Emae-Empresa Metropolitana de Aguas e Energia S/A	Sim
Embraer - Emp Brasileira Aeronautica S/A	Sim
Embratel Participacoes S/A	Sim
Eternit S. A.	Sim
Eucatex S/A Ind e Comercio	Não
Fibam Cia Industrial	Sim
Forjas Taurus S/A	Não
Fras-Le S/A	Não
Gerdau S/A	Sim
GPC Participacoes S/A	Sim
Grazziotin S/A	Não
Guararapes Confeccoes S/A	Sim
Ideiasnet S/A	Não
Inds J. B. Duarte S/A	Sim
Industrias Romi S/A	Sim
Inepar Energia S/A	Não
Inepar S/A Ind e Construcoes	Não
Iochpe-Maxion S/A	Não
Itausa - Investimentos Itau S/A	Não
Itautec S/A - Grupo Itautec	Não
Joao Fortes Engenharia S/A	Não
Karsten S.A.	Não
Kepler Weber S/A	Não
Klabin S/A	Sim
Light S/A	Não
Lojas Americanas S/A	Não
M&G Poliester S/A	Sim
Mangels Industrial S/A	Sim
Marcopolo S/A	Sim
Marisol S/A	Não
Metalurgica Duque S/A	Sim
Metalurgica Gerdau S/A	Sim
Metisa Metalurgica Timboense S/A	Não
Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S/A	Não
Mundial S/A - Produtos de Consumo	Não

Net Servicos de Comunicacao S/A	Não
Paranapanema S/A	Não
Petroleo Brasileiro S/A	Não
Petropar S/A	Não
Portobello S/A	Não
Pronor Petroquimica S/A	Não
Randon S/A Implementos e Participacoes	Não
Rasip Agro Pastoril S/A	Não
Rede Energia S/A	Não
Rossi Residencial S/A	Sim
Sao Carlos Empreendimentos e Part. S/A	Sim
Sao Paulo Alpargatas S/A	Sim
Saraiva S/A Livreiros Editores	Sim
Schulz S/A	Não
Sergen Servicos Gerais de Engenharia S/A	Sim
Sondotecnica Engenharia de Solos S/A	Não
Souza Cruz S/A	Sim
Springer S/A	Não
Suzano Papel e Celulose S/A	Sim
Tec Toy S/A	Não
Tekno S/A Industria e Comercio	Não
Tele Norte Celular Participacoes S/A	Sim
Tele Norte Leste Participações S/A	Sim
Telecomunicacoes de Sao Paulo S/A-Telesp	Não
Telemar Norte Leste S/A	Sim
Tim Participacoes S/A	Sim
Tractebel Energia S/A	Não
Trevisa Investimentos S/A	Não
Tupy S/A	Sim
Ultrapar Participacoes S/A	Não
Unipar- Uniao de Inds. Petroquimicas S/A	Não
Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S/A	Não
Vale Fertilizantes S/A	Sim
Vale S/A	Não
Vivo Participacoes S/A	Sim
Wetzel S/A	Não
Whirlpool S/A	Sim
Yara Brasil Fertilizantes S/A	Não

Apêndice 2 – Lista das empresas da amostra emissoras de ADR.

Razão social	Ano de listagem
Brasil Telecom S/A	2001-...
Braskem S/A	1998-...
BRF - Brasil Foods S/A	2000-...
Centrais Eletricas Brasileiras S/A	2008-...
Cia Energ Minas Gerais - Cemig	2001-...
Cia Saneamento Basico Estado Sao Paulo	2002-...
Cia. Paranaense de Energia - Copel	1997-...
Companhia Brasileira de Distribuicao	1997-...
Companhia de Bebidas Das Americas-Ambev	1997-...
Companhia Siderurgica Nacional	1997-...
Embraer - Emp Brasileira Aeronautica S/A	2000-...
Embratel Participacoes S/A	2004-2006
Gerdau S/A	1999-...
Net Servicos de Comunicacao S/A	1996-...
Petroleo Brasileiro S/A	2000-...
Tele Norte Celular Participacoes S/A	2004-2007
Tele Norte Leste Participações S/A	1998-...
Telecomunicacoes de Sao Paulo S/A-Telesp	1998-...
Telemar Norte Leste S/A	2001-...
Tim Participacoes S/A	1998-...
Ultrapar Participacoes S/A	1999-...
Vale S/A	2000-...
Vivo Participacoes S/A	2008-...